

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

Silva, Andreza Santos da.
S586s Sem carne no mercado: a crise de abastecimento alimentício enfrentada por trabalhadores pobres de Macapá (1955-1960) / Andreza Santos da Silva. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico.
52 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá,
Coordenação do Curso de História, Macapá, 2025.
Orientador: Adalberto Júnior Ferreira Paz.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Insegurança alimentar. 2. Trabalhadores. 3. Abastecimento. I. Paz, Adalberto Júnior Ferreira, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 338.1

SILVA, Andreza Santos da. **Sem carne no mercado**: a crise de abastecimento alimentício enfrentada por trabalhadores pobres de Macapá (1955-1960). Orientador: Adalberto Júnior Ferreira Paz. 2025. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - História. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UNIFAP

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

INFORMAÇÕES SOBRE A OBRA

Autor(a) ¹ : Andreza Santos da Silva
Afiliação ² do(a) autor(a): Sem vínculo empregatício
Curso/Departamento/Campus: História
Programa de Pós-Graduação, se for Tese ou Dissertação:
Orientador(a): Adalberto Júnior Ferreira Paz
Coorientador(a), se houver:
Título e subtítulo, se houver: Sem carne no mercado: a crise de abastecimento alimentício enfrentado por trabalhadores pobres de Macapá (1955-1960)
Data da Defesa: 08/07/2025

TIPO DO DOCUMENTO

<input checked="" type="checkbox"/> TCC ³	<input type="checkbox"/> TCCE ⁴	<input type="checkbox"/> Dissertação
<input type="checkbox"/> Tese	<input type="checkbox"/> Artigo Científico	<input type="checkbox"/> Livro
<input type="checkbox"/> Capítulo de livro	<input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento	<input type="checkbox"/> Outro:

Ao assinar, concordo, para os devidos fins, com a distribuição não exclusiva para publicação no repositório institucional da UNIFAP e que o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente:

- Dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940;
- Da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os Direitos Autorais;
- Do Regimento Interno da Universidade Federal do Amapá;
- Da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação;
- Da utilização da licença pública internacional *Creative Commons* 4.0;
- Que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de ideias, textos, tabelas ou ilustrações transcritas de obras de terceiros sem a devida e correta citação referencial.

INFORMAÇÃO RESTRIÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DA OBRA

Restrição para publicação:	<input checked="" type="checkbox"/> Sem restrição	<input type="checkbox"/> Parcial ⁵	<input type="checkbox"/> Total ⁶
----------------------------	---	---	---

O DOCUMENTO ESTÁ SUJEITO A PATENTES?

<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim, com embargo	<input type="checkbox"/> Sim, sem embargo
---	---	---

Local e data

Macapá-AP, 2026

Assinatura do(a) autor(a)
Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREZA SANTOS DA SILVA
Data: 26/03/2026 17:51:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

¹ Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

² Instituição de vínculo empregatício do(a) autor(a).

³ Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação.

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização.

⁵ Em caso de restrição de um ano, poderá ser mantida mediante justificativa do autor(a), orientador(a) ou banca de avaliação.

⁶ Será disponibilizado após a data informada neste termo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

SEM CARNE NO MERCADO:
A CRISE DE ABASTECIMENTO ALIMENTICIO ENFRENTADA POR
TRABALHADORES POBRES DE MACAPÁ (1955-1960)

Andreza Santos da Silva

MACAPÁ – AP
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANDREZA SANTOS DA SILVA

SEM CARNE NO MERCADO: A CRISE DE ABASTECIMENTO ALIMENTICIO
ENFRENTADA POR TRABALHADORES POBRES DE MACAPÁ (1955-1960)

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado por Andreza Santos da Silva ao
Colegiado do Curso de Licenciatura em História,
para a obtenção do título Licenciada em História
pela Universidade Federal do Amapá.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Adalberto Junior Ferreira
Paz

Macapá – AP
2025

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vânia e Frank, expresso minha mais profunda gratidão por sempre acreditarem no poder transformador da educação e por incentivarem, com constância, a mim e aos meus irmãos a trilharmos esse caminho de saber e descobertas. À minha mãe, em especial, agradeço por nunca duvidar de minha capacidade e por ser apoio firme em todas as minhas jornadas.

Agradeço ao professor Adalberto, orientador deste trabalho, que me introduziu no mundo da História Social e que desde 2019 me acompanha com dedicação e competência.

Às queridas Aline Coutinho, Ana Jaqueline e Poliane Conrado, amigas que a Unifap me deu, com quem compartilhei os desafios e as alegrias do percurso acadêmico, agradeço pelo apoio mútuo, pela amizade sólida e pela presença afetuosa ao longo desta caminhada.

Por fim, ao meu companheiro de vida, Romário Moraes, agradeço por sua constante presença, paciência e incentivo nos momentos mais difíceis. Seu amor e companheirismo foram essenciais para que eu persistisse neste processo. À minha filha, Lívia Moraes, dedico meu amor mais profundo e minha esperança no futuro, você é a minha maior motivação. Amo vocês!

RESUMO

A partir do Governo Provisório e, especialmente, durante o Estado Novo, instaurou-se uma nova fase na vida política nacional, caracterizada por uma mudança na postura do Estado frente às dinâmicas das relações estabelecidas com a classe trabalhadora. Nesse contexto, políticas de caráter intervencionista e reguladoras foram incorporadas à agenda do Estado brasileiro, que passou a intervir diretamente em áreas como educação, saúde, alimentação e mercado de trabalho. É nesse cenário que surgem os primeiros instrumentos específicos de política social voltados à alimentação e à nutrição dos trabalhadores. Diante disso, o presente estudo tem como objeto de análise o cenário de insegurança alimentar vivenciado por trabalhadores pobres na cidade de Macapá, entre os anos de 1955 e 1960, bem como as formas de enfrentamento empreendidas por esses sujeitos diante da constante ameaça à sua sobrevivência. Para tanto, analisamos os discursos políticos do primeiro governador do Território Federal do Amapá, que, ao buscar transformar a região em uma terra de progresso nos moldes das cidades capitalistas do século XX, elaborou uma política de alimentação racional e procurou incutir na população local novos hábitos alimentares. Tais propostas, no entanto, contrastavam com a realidade enfrentada pela população pobre, que lutava cotidianamente para garantir o básico para sua subsistência.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Trabalhadores. Abastecimento. Território Federal do Amapá. Janary Nunes.

ABSTRACT

From the Provisional Government and especially during the Estado Novo period, a new phase in Brazilian political life was inaugurated, marked by a shift in the State's approach to the dynamics of its relationship with the working class. In this context, interventionist and regulatory policies were incorporated into the Brazilian State's agenda, which began to intervene directly in areas such as education, health, food, and the labor market. It is within this framework that the first specific instruments of social policy aimed at workers' food and nutrition were introduced. This study focuses on the food insecurity experienced by poor workers in the city of Macapá between 1955 and 1960, as well as the strategies adopted by these individuals to confront the ongoing threats to their survival. To this end, we analyze the political discourse of the first governor of the Federal Territory of Amapá, who, seeking to transform the region into a land of progress modeled on capitalist cities of the twentieth century, developed a rational food policy and attempted to instill new dietary habits among the population of Macapá. These proposals, however, stood in stark contrast to the reality faced by the poor, who struggled daily to obtain the bare minimum for their subsistence.

Key words: Food insecurity. Workers. Supply. Federal Territory of Amapá. Janary Nunes.

LISTA DE SIGLAS

CATA	Comissão de Abastecimento do Território Federal do Amapá
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
COAP	Comissão de Abastecimento e Preços
PQVEA	Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SAVA	Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico
SERTTA	Serviço de Navegação do Amapá
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
TFA	Território Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DE VARGAS PARA COM OS TRABALHADORES	13
1.1. Pobreza versus desenvolvimento	13
1.2. O trabalhador no governo varguista	18
1.3. As políticas de alimentação voltadas para o trabalhador	22
2. AS DIFICULDADES DE ABATECIMENTO ALIMENTÍCIO NA REGIÃO NORTE	26
2.1. A insuficiência do abastecimento alimentício na Amazônia: um problema histórico	26
2.2. O Território Federal do Amapá	31
2. INSEGURANÇA ALIMENTAR EM MACAPÁ: OS ALTOS PREÇOS E ARRANJOS COTIDIANOS	37
3.1. As dificuldades de abastecimento alimentício em Macapá na segunda metade da década de 1950	37
3.2. O problema da carestia	39
3.3. Insegurança cotidiana	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
FONTES	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem por objeto o cenário de insegurança alimentar vivenciada por trabalhadores pobres em Macapá, entre os anos de 1955 a 1960, assim como as formas de enfrentamento empreendidas por estes sujeitos diante da constante insegurança quanto a sua sobrevivência. Para tanto, analisamos os discursos políticos do primeiro governador do Território Federal do Amapá que, tencionando transformar esta região em uma terra de progresso aos moldes das cidades capitalistas do século XX, elaborou uma política de alimentação racional e tentou inculcar nos habitantes de Macapá novos hábitos alimentares, e comparamos com a realidade vivenciada pela população pobre que lutava todos os dias para ter o básico.

A escolha do ano de 1955 como início do recorte temporal desta pesquisa é justificado pelo fato do Amapá, assim como todo o Brasil, ainda sofrer os efeitos negativos da Segunda Guerra sobre a sua economia. Como resultado dessa crise econômica, a precarização do abastecimento alimentício de Macapá, assim como de outras capitais do Brasil,¹ alcançou níveis drásticos, tornando-se insuficiente para atender uma população que só aumentava. Outrossim, o recorte cronológico também privilegia a gestação do primeiro plano quinquenal de desenvolvimento para a Amazônia (1955-1959), este plano propôs melhorias sociais, econômicas e culturais para as populações amazônicas a partir de um ideário de desenvolvimento calcado na ideia de progresso cultural, educacional e técnico-científico necessários ao crescimento capitalista industrial.

Nacionalmente, melhorar a alimentação do trabalhador era um tema que vinha sendo debatido desde os anos de 1930, e a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao cargo de presidente da república, o tema passou a ocupar lugar central dentro das políticas de Bem-Estar Social. Ângela Maria de Castro Gomes, em *Ideologia e trabalho no Estado Novo*, demonstra alguns aspectos importantes que levaram a essa mudança de conduta do poder público. Segundo a autora, a pobreza² passou a ser reconhecida como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do país, assim sendo, combatê-la se tornou um dos objetivos do Estado

¹ FREITAS, Mirian Tereza M.G de. **Populismo e Carestia 1951-1954**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 1985.

² O processo pelo qual a pobreza deixou de ser um mal necessário e passou a ser identificada como incômoda e perigosa é longo e associa-se ao desenvolvimento das relações capitalistas, processo que se acelera no Brasil a partir da proclamação da República, e mais particularmente após a I Guerra Mundial. Ver: GOMES, Angela Maria de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999. p. 53-72, p. 54

Nacional, e o meio por excelência da superação dos graves problemas socioeconômicos seria justamente a promoção do valor do trabalho:

Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação.³

Dessa forma, no cerne das várias medidas de valorização do trabalho desenvolvidas pelo governo estavam as políticas voltadas para a alimentação do trabalhador.⁴ Na esteira desse processo, a cidade de Macapá não passou alheia a estas mudanças, que começaram a ser vivenciadas a partir da criação do Território Federal do Amapá e da instalação do primeiro governo territorial, em 25 de janeiro de 1944. O primeiro governo do território, assim como os posteriores, mantinha uma relação muito próxima com o governo federal e as aspirações deste para com esta região e para com os trabalhadores que aqui habitavam. Desta forma, assumindo para si a tarefa de formar o novo cidadão/trabalhador do Amapá, Janary Nunes empreendeu uma política de valorização do amapaense que descartava todo um modo de vida próprio construído historicamente. A esse respeito, o historiador Adalberto Paz argumenta:

A política de valorização do caboclo amapaense durante o primeiro governo territorial do Amapá implicava, contraditoriamente, a desvalorização de todo seu arcabouço cultural e de todas as suas formas de reprodução material às margens dos rios, igarapés e no interior da floresta. Na medida em que se buscava a maximização e racionalização da sua capacidade produtiva, sugerindo uma recuperação da sua força de trabalho que estaria prejudicada por má alimentação, doenças e falta de ambição, o que se pretendia, de fato, era uma profunda e irreversível transformação nos seus hábitos e costumes tradicionais, objetivando sua inserção em uma economia de mercado plenamente desenvolvida o mais breve possível.⁵

Ressalta-se que ao assumir para si tal tarefa, o Governo territorial esbarrou em problemas históricos da região, como as frequentes crises de abastecimento alimentício, os altos preços praticados no Território e a pobreza da população. Em linhas gerais, de um lado estava o Governo divulgando, por meio de discursos e propaganda, os benefícios de uma boa alimentação, do outro lado estava a população vivendo sob constante insegurança alimentar, recorrendo a táticas de sobrevivência para garantir, muitas vezes, a simples reprodução da vida. Em face disso, o presente trabalho ao se propor analisar o discurso de alimentação racional propagada não só pelo primeiro governo territorial, como pelos posteriores, objetiva desvelar a

³ GOMES, Angela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In PANDOLFE, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999. p. 53-72.

⁴ *Ibidem*, p. 55.

⁵ PAZ, Adalberto. **Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2011, p. 27

história daqueles que antes foram ignorados. A “história vista de baixo”⁶ lançou luzes sobre experiências que outrora eram negligenciadas por historiadores e historiadoras, assim sendo, neste trabalho exalta-se a experiência histórica de trabalhadores em condição de subalternidade.

A propósito, tendo como objeto de investigação o cenário de insegurança alimentar e as táticas de sobrevivência, esta pesquisa adota o conceito de *insegurança estrutural* formulado por Mike Savage. Segundo o autor, existem duas origens teóricas na sustentação da análise das classes sociais: a tradição marxista – cuja tradição aponta que o traço distintivo da vida operária se apoia no processo de trabalho –, e a weberiana que aponta que o traço distintivo da classe operária se apoia no mercado de trabalho. Todavia, para Savage tais concepções acabavam por formular o reducionismo econômico, o evolucionismo, e a concepção “mecânica e inumana” de história e de classe, estando, em ambas, o conceito de classe trabalhadora abalado. Nesse sentido, na tentativa de estabelecer uma contraproposta às concepções marxistas e weberianas acerca do conceito de classe trabalhadora, Savage formulou o conceito de *insegurança estrutural* para tratar da singularidade da vida dos trabalhadores⁷. De acordo com o autor, o traço que identifica a vida do trabalhador não é a extração do excedente de trabalho ou as relações no mercado capitalista, mas sim o da insegurança estrutural, que ao retirar os meios de subsistência força o trabalhador a encontrar estratégias de uma vida menos incerta.

Outrossim, acerca dessa classe trabalhadora, adota-se aqui as concepções de Marcel Van Der Linden sobre trabalhadores subalternos. Reconhecendo as limitações dos estudos que abordam trabalhadores, Van der Linden propõe um conceito mais amplo de trabalhador. Dialogando diretamente com Marx, para quem o trabalho livre assalariado era a forma de mercantilização do trabalho verdadeiramente capitalista, o autor afirma que os assalariados representavam uma, entre as cinco classes subalternas no capitalismo,⁸ julgadas, historicamente, como menos significativos para Marx, tornando essa concepção sobre a classe trabalhadora muito restrita.

Isto posto, ao se propor estudar o cotidiano de insegurança alimentar em Macapá da década de 1950, este trabalho investigativo buscou responder as seguintes questões norteadoras: Como se dava o abastecimento alimentício? Quais os fatores que desencadeavam as frequentes

⁶ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

⁷ SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira.; FORTES, Alexandre. (org). **Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 25-48.

⁸ LINDEN, Marcel van der. Quem são os trabalhadores? In: LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 27.

elevações de preço dos gêneros alimentícios – em especial a carne –, e a pouca disponibilidade? Qual o perfil dos trabalhadores mais afetados por essas crises de abastecimento alimentício?

Partindo do pressuposto de que a História é feita com vestígios da ação e existência humanas, que ganham estatuto de fontes mediante o tratamento dado pelos historiadores e historiadoras, para responder a essas questões foram utilizadas duas tipologias de fonte: impressas – artigos do *Jornal Amapá* e *Folha do Povo* – e orais – entrevistas realizadas com ex-trabalhadores do antigo território federal. Rejeitando a ideia de imparcialidade da fonte, elas foram concebidas a partir da noção de “documento-monumento” proposta por Jacques Le Goff, que a formulou a fim de demonstrar que todo documento possui uma intencionalidade, isto é, ele é resultado das relações de força que existiram na sociedade que o produziu.⁹

Nos jornais, exploramos as notícias sobre alimentação da população e sobre como se dava o abastecimento. Por fornecer registros parciais do cotidiano, utilizamos essa fonte para identificar quais os motivos para o déficit de abastecimento alimentício em Macapá, porque os preços eram frequentemente elevados, e qual a posição do governo territorial.¹⁰ Já a história oral, de acordo com Verena Alberti, “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”.¹¹ Assim, as entrevistas fornecem as narrativas de pessoas que participaram de determinado evento histórico. Tendo isso em mente, realizamos três entrevistas com o objetivo de compreender o cotidiano de insegurança alimentar vivenciado em Macapá.

Após seguidos todos esses estágios teóricos e metodológicos, esta pesquisa ficou estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *A política desenvolvimentista de Vargas para com os trabalhadores*, realizamos uma discussão acerca da emergência das políticas de alimentação voltadas para o trabalhador, para tanto, foi necessário realizar uma digressão afim de entender as raízes desse processo, e como se deu o percurso histórico de tais políticas e o lugar do trabalhador nacional neste contexto.

No segundo capítulo, intitulado *As dificuldades de abastecimento alimentício na região norte*, abordamos a problemática do abastecimento alimentícios na Amazônia, para tanto, analisamos a obra de dois autores que estudaram o fenômeno da fome na região

⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 462-473.

¹⁰ A respeito das orientações metodológicas que nortearam a análise dos periódicos, concordamos com Tânia Regina de Luca: verificar a materialidade do jornal, como a impressão e o tipo de papel; as condições de produção do impresso em determinado momento; a periodicidade; seus idealizadores e as ligações políticas; e o público a que se destinava. LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. Ed – São Paulo: Contexto, 2011.

¹¹ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155.

amazônica durante a década de 1950, Josué de Castro e Dante e Costa. Segundo os autores, as dificuldades históricas de abastecimento alimentício na região amazônica, tradicionalmente atribuídas às condições naturais da floresta, eram, na verdade, influenciadas por fatores estruturais, políticos e econômicos. Realidade está, como veremos neste trabalho, também percebida em Macapá, onde o abastecimento precário era afetado muito mais por interesses particulares do que pelas dificuldades naturais. No terceiro e último capítulo, observamos como trabalhadores pobres que residiam em Macapá, cuja população crescia em ritmo acelerado, enfrentavam diariamente o problema da carestia e da falta de abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade, principalmente da carne, quais as estratégias de sobrevivência adotadas, e como era o dia a dia de trabalho.

1. A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DE VARGAS PARA COM OS TRABALHADORES

1.1. Pobreza versus desenvolvimento

No Brasil, a primeira metade do século XX foi marcado por diversas inovações no âmbito das ideias políticas e no que diz respeito à questão do trabalho. Nesse período, concebe-se todo um aparato legal que regulamenta o mercado de trabalho do país, assim como estruturou-se uma ideologia política de valorização do trabalho e do trabalhador nacional. É a partir desse momento, demarcado pela ascensão de Getúlio Vargas a presidência da república, que a classe trabalhadora foi, de fato, incorporada como um ator relevante ao cenário político nacional.¹²

Os anos do pós-30 foram marcados por uma expressiva presença do Estado na economia e nas relações sociais, presença essa que pode ser percebida na forma como os problemas da população brasileira passam a ser encarados e percebidos. O que é particularmente interessante destacar, no que se refere a essa mudança de postura do Estado é o reconhecimento e enfrentamento da questão social no Brasil, pois “até 1930, a questão social ou fora simplesmente ignorada, ou fora tratada erroneamente”,¹³ e isso se deu porque nenhum governo pré-1930 tornou como prioridade um problema que assolava, profundamente, a sociedade brasileira: a pobreza da população.

Obviamente, dentro dos limites deste trabalho, não será possível realizar uma análise que contemple toda a integralidade do conceito de pobreza, pois sendo a pobreza um complexo fenômeno histórico, suas definições partem de pressupostos teóricos diferentes e variadas interpretações de suas causas e permanências. Portanto, façamos um breve panorama que irá nos ajudar a enxergar os percursos que levaram a pobreza a ser assumida como um problema social que deveria ser combatida pelo Estado Nacional brasileiro.

Destarte, durante muito tempo, no Brasil e no mundo, a pobreza fora concebida como algo “natural” e “inevitável”, muitas vezes entendida como necessária, vista como um estímulo ao trabalho. O caminho pelo qual a pobreza passa a ser vista como incômoda e maléfica é longo e está inserido no desenvolvimento das relações capitalistas. Com a ascensão da sociedade burguesa, surgem novas formas de relações sociais baseadas no mercado, ou seja, na

¹² O processo pelo qual a classe trabalhadora se configurou em ator político foi resultado de um projeto criado e implementado pelo Estado, o chamado “trabalhismo” brasileiro. Ver mais em: GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

¹³ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. P. 53-72. p. 57

transformação de bens em mercadorias, inclusive o próprio trabalho humano, contudo, nas mesmas condições que se produzia a riqueza, se produzia a miséria¹⁴. Ou seja, mesmo a pobreza sendo um fenômeno observado em todas as sociedades, o reconhecimento político da pobreza como um problema social é relativamente recente na história, o tema acompanha o processo de industrialização e urbanização das cidades.

No contexto brasileiro tal processo começa a se delinear ainda no século XIX. Com a proclamação da república criou-se uma nova conjuntura política, tal evento se não representou um momento de transformação política revolucionária, se caracterizou como um dos momentos mais importantes da história do Brasil, haja vista que juntamente com a Abolição da Escravatura demarca, certamente, o momento de maior transformação social já vivido pelo país.

Tal conclusão pode ser melhor compreendida quando se observa que a Abolição da Escravatura encerra uma experiência de 300 anos na qual um grande contingente de trabalhadores – os escravizados –, foi definido pela ausência de qualquer reconhecimento social e político. Assim sendo, a construção do estado republicano teve que lidar com questões cruciais como a abolição do trabalho escravo, além de debater quem seriam os atores passíveis de serem incluídos nessa nova sociedade.

É no bojo dessas transformações que se começa a enxergar a pobreza como um problema social, uma vez que nesse período debatia-se a construção da “nação brasileira”, logo, questionava-se quem seriam os sujeitos que compunham essa nova sociedade. De acordo com Gomes, a partir desse momento a pobreza passava a ser considerada um obstáculo para o desenvolvimento da nação e deixava de ser considerada inevitável, “já que a ignorância desta ‘questão social’ e o imobilismo do Estado começam a ser apontados como as razões de sua permanência”.¹⁵

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, os governos locais e a igreja assumiam a responsabilidade de prestar assistência à pobreza. Em estudo sobre a pobreza realizado na cidade de Campinas de 1850 a 1930, José Lapa atesta que na Campinas dos primeiros anos do século XX, por exemplo, havia regulamentação da atividade de mendicância, com registro e autorização para mendigar em dias da semana determinados, essas ações de “caridade” supriam a carência momentânea, resolvendo a questão de maneira pontual,

¹⁴ LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. *Econômica*, v. 4, n.1, p. 25- 59, 2002.

¹⁵ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e o Estado Nacional. In: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalho*. 3ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, p. 196-198.

impedindo assim que se tornasse um “problema”¹⁶. Desse modo, observa-se que a “administração da pobreza” era responsabilidade dos governos locais e das instituições assistenciais, longe das preocupações do governo nacional.

Todavia, com o crescimento desordenado das cidades desencadeado pelo êxodo das populações rurais para o espaço urbano a situação começou a ganhar novos contornos, e a presença dos pobres nas cidades começou a provocar incomodo em alguns setores da sociedade. O romancista Lima Barreto, observador atento do cotidiano urbano, transitando pelos subúrbios cariocas durante sua vida trouxe em suas obras as mazelas sofridas pelos trabalhadores pobres nos subúrbios do Rio de Janeiro, a então capital da ordem e do progresso. Na obra *Clara dos Anjos*, escrita em 1922, Lima Barreto disserta sobre a triste realidade dos subúrbios cariocas:

“Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima [...]. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, do dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes”¹⁷

Como se pode notar, a pobreza fazia parte do cotidiano urbano e um grande contingente de trabalhadores pobres vivia em condições economicamente precárias. Consoante a isso, Lapa afirma que durante o século XIX o pauperismo dissolvia-se na camada escrava, sem ter precisados os seus contornos, enquanto no século XX, a pobreza é sinonimizada com a classe operária¹⁸.

Dentro dessa realidade, mesmo diante de uma sociedade que marginaliza os setores ligados ao trabalho produtivo da população, os trabalhadores pobres instrumentalizaram a luta contra essa exclusão, organizando várias graves no país, objetivando a reivindicação de direitos trabalhistas, em contrapartida, o Estado aumentava a repressão policial, buscando o controle social da área urbana¹⁹. Como constatou Marcia Stormowski, durante os anos de 1920 “o pobre era chamado de ‘vagabundo’, uma questão mais de polícia do que de governo ou de estado”²⁰. Mesmo diante dessas mobilizações, o estado de necessidade em que vivia grande parte da

¹⁶ LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Unicamp, 2008.

¹⁷ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 118.

¹⁸ LAPA, José Roberto do Amaral. op. cit., p. 48

¹⁹ RODRIGUES, Cristiane. **A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem** (1886-1906). Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057253.pdf>. acesso em: 07 de junho de 2024.

²⁰ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo**: análise dos discursos de Vargas e JK. Porto Alegre, 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 60.

população brasileira não era motivo de preocupação para a elite política, ou seja, não havia reconhecimento da necessidade do governo promover a melhoria das condições de vida da população e enfrentar o problema da pobreza.

De fato, é só a partir de 1930 que ocorre uma mudança na estrutura institucional do Estado Nacional. A partir do Governo Provisório e, principalmente, a partir do Estado Novo, inaugura-se um novo tempo na vida política brasileira, marcado pela mudança de postura do Estado nacional frente as dinâmicas das relações estabelecidas com a classe trabalhadora. A partir desse momento, políticas de caráter intervencionistas e reguladoras foram incorporadas a agenda do Estado brasileiro, o governo passa a intervir em áreas como educação, saúde e o mercado de trabalho. De maneira geral, se antes a questão social era um problema para a construção da nação, como vimos anteriormente, agora, confrontada com o processo industrial inaugurado pelo governo varguista, a pobreza do trabalhador brasileiro se configurava como um obstáculo para o progresso, não sendo compatível com o ideal de desenvolvimento projetado para o futuro.

Como se sabe, a consolidação da ordem industrial no Brasil ocorrerá a partir de meados da década de 1950, sobretudo com a expansão impulsionada pelas políticas desenvolvimentista do governo Kubitschek. Todavia, a gênese desse processo, as bases e fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômico-social fora iniciada no decorrer do primeiro governo Vargas.

Para Baer e Villela o processo de industrialização no Brasil se deu nos anos de 1930, pois foi "somente nos anos 30 que a indústria se torna o setor líder, influenciando fortemente o crescimento geral da economia"²¹, antes disso houveram apenas "surtos" de crescimento industrial durante a Primeira Republica e os anos de 1920²². Corroborando com esse pensamento, Eli Diniz argumenta que a principal mudança implementada pelo governo Vargas na configuração econômica brasileira se deu pela passagem de um sistema de base agroexportadora para uma sociedade de base urbano-industrial:

²¹ BAER, Werner; VILLELA, Annibal. **Crescimento industrial e industrialização**: revisões nos estágios do desenvolvimento econômico do Brasil. In: BAER, Werner (org.). **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 4º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

²² De fato, na década de 1920 houve um pequeno crescimento industrial, todavia, é de suma importância distinguir um período de simples crescimento industrial com um processo de industrialização, pois mesmo tendo ocorrido uma ampliação de determinadas indústrias, isto não implicou em modificações estruturais profundas na economia, enquanto a industrialização, ao contrário, implica mudanças de cunho estrutural, tornando-se a indústria o setor líder do crescimento da economia.

Eis por que esse momento pode ser considerado um marco, já que possibilitou o trânsito de uma sociedade com perfil agrário, nitidamente subordinada à clássica divisão internacional do trabalho — caracterizada pelo desequilíbrio entre os países exportadores de produtos industrializados, por um lado, e os exportadores de bens primários e matérias-primas, por outro —, para uma sociedade mais complexa e diferenciada. (...) É no período que se estende de 1933 a 1939 que efetivamente se desencadeia o processo de industrialização no Brasil²³

Não há dúvidas que política governamental de incentivo a indústria de Vargas se configurou como uma das políticas centrais e estratégicas para o desenvolvimento econômico brasileiro, para se ter ideia da dimensão das mudanças em curso, Fonseca utilizou os termos “Corporativismo e industrialização” ao analisar o período do Estado Novo. De acordo com o autor, a política de Vargas era intencionalmente industrializante, considerando as mudanças implementadas, juntamente com acordos comerciais, políticas de crédito e discursos em tom afirmativo da relevância da industrialização e da regulamentação do mercado de trabalho para o desenvolvimento nacional.²⁴

Tal realidade foi melhor percebida durante o Estado Novo, este representou o amadurecimento de um projeto de desenvolvimento industrial, quando as bases iniciadas anteriormente tornaram viável a implementação de várias medidas em prol da industrialização. Para João Cardoso de Melo e Fernando A. Novais no período que vai de 1930 á 1980 o Brasil tinha a plena capacidade de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios de países “desenvolvidos”, pois aqui fabricava-se quase tudo²⁵.

Segundo os autores entre os anos 1945 à 1964 presenciou-se no país “os momentos decisivos do processo de industrialização com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte”²⁶. Outrossim, o projeto de desenvolvimento de Vargas tencionava integrar todas as regiões do país, de Norte a Sul, Leste a Oeste, nesse contexto, a região Amazônica, vista como um “vazio demográfico”, passou a estar presente nos projetos do governo.

Assim sendo, as várias mudanças promovidas na política brasileira pelo governo Vargas, foram decisivas para que a incorporação da preocupação social como pauta política

²³ Ver: DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 22-39, 1999, p. 24.

²⁴ FONSECA, Pedro C. D. Vargas: o capitalismo em construção. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, p. 259-260, 1999.

²⁵ MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociedade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 560-561.

²⁶ Ibidem. Capitalismo tardio e sociedade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 560-561.

fosse incluída na agenda do Estado. É fundamental observar que o reconhecimento da questão social como uma questão política a elegeu como um problema que só se resolveria com a intervenção do Estado, sendo assim, a superação das dificuldades que afligiam os trabalhadores brasileiros advinha da adoção de um conjunto de leis sociais, que sancionadas pelo poder público, mudariam a situação desoladora da população. Se tais medidas não extirpavam a pobreza, eram, porém, uma forma de propiciar ao trabalhador uma vida digna e mais humana, o que, conseqüentemente, lhes permitiria contribuir para o crescimento do Brasil enquanto nação.

Deste modo, foi nesse contexto de efervescentes mudanças que o Estado Nacional cria toda uma estratégia político-ideológica de combate à “pobreza”, centrada justamente na promoção do valor do trabalho, era necessário garantir dignidade aos trabalhadores, “promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador”²⁷ responsável pela riqueza individual e da sociedade em transformação.

Esse foi o grande diferencial do governo pós-1930, ele encarava a questão social não como um problema isolado, mas como um problema de toda sociedade brasileira, uma vez que são trabalhadores todos aqueles que produziam e contribuía com o valor social de seu trabalho. Toda essa reflexão permite entender os caminhos que levaram a pobreza a ser reconhecida como um problema de cunho nacional – cujas raízes mais profundas firmavam-se no abandono da população – e a conseqüente valorização do trabalhador nacional, fruto de um projeto político – o trabalhismo – que visava o desenvolvimento da nação. O trabalho, apartado da situação de pobreza, seria o ideal do brasileiro na obtenção de riqueza e cidadania.

1.2. O trabalhador no governo varguista

Para compreendermos as dinâmicas das relações de trabalho após 1930, é importante entendermos o papel do trabalhador nessa nova configuração social e política. De acordo com Maria Helena Rolin Capelato, em *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, no Estado Novo a dimensão privada e pública do homem era definida pela relação trabalhador/cidadão, ou seja, o trabalhador era considerado elemento socialmente profícuo do Estado brasileiro. Assim sendo, o trabalho passa a ser visto como forma de emancipação, de

²⁷ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 55

valorização do homem, tornando-o digno de respeito e de proteção da sociedade²⁸, o meio pelo qual este passa a integrar a nação. Tal afirmativa pode ser constatada nos discursos políticos de Vargas:

O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome. O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social²⁹.

Percebe-se que o Estado Nacional, sob a égide da justiça social, voltou-se para uma posição de valorização do homem brasileiro, intervindo diretamente nas questões sociais, especialmente em políticas trabalhistas, tendo como modelo de regime o Corporativismo³⁰. É importante ressaltar que a preocupação dada aos trabalhadores estava, estrategicamente, vinculada a garantia de sua capacidade produtiva, há muitas décadas os trabalhadores lutavam por condições melhores de trabalho e vida, assim, proporcionando melhores condições de trabalho e estabelecendo leis para os trabalhadores, assegurava-se a existência de mão-de-obra para os grandes empreendimentos industriais do país.

Sob a ótica do Estado, o cidadão trabalhador era aquele que respeitava a ordem e contribuía para o progresso, este era digno de direitos – recorrentes de deveres individuais e coletivos – representados pela legislação social, e deveria ser bem remunerado para não apenas elevar o seu padrão de vida, mas também para ser consumidor do mercado interno em ascensão. Outrossim, seguindo a lógica de só “quem tem ofício, tem benefício”, a vinculação do indivíduo ao mercado formal era o que lhe assegurava o status de cidadão, pois só aquele que possuía carteira assinada e era membro de um sindicato legal teria acesso aos direitos trabalhistas.

A esse respeito, Wanderley dos Santos, ao formular a noção de cidadania regulada em *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*, esclarece quem eram considerados cidadãos na época de Vargas:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação

²⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2009.

²⁹ Ver em: LAGO, Mayra Coan. O trabalho e o trabalhador no Estado Novo de Vargas. **Dia-Logos**, Rio de Janeiro, n°9, p. 89-102, 2015.

³⁰ O “corporativismo” é visto aqui como a “estratégia de incorporação controlada dos trabalhadores”, a partir do domínio Estatal do empresariado, tanto pelo seu viés inclusivo – incorporação política e econômica de segmentos significativos das classes trabalhadoras, empregando predominantemente políticas de bem-estar, distributivas e simbólicas –, e/ou excludente – política repressiva com utilização de estruturas para desmobilizar e submeter a classe trabalhadora previamente organizada e atuante. Ver esse conceito e sua distinção na introdução de ARAÚJO, Ângela. **A construção do consentimento**: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: FAPESP, 1998, p. 15-25, e sobre uma discussão em torno do corporativismo de Estado a partir de 1937 ver: ERICKSON, Kenneth Paul. **The Brazilian Corporative State and Working-Class Politics**. London: University of California Press, 1977, p. 15-26.

ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei.³¹

De acordo com essa perspectiva, o governo getulista institucionalizou uma noção de cidadania vinculada ao exercício do trabalho, o reconhecimento desta dependia da identificação institucional por parte do Estado da profissão exercida pelo sujeito. De certa maneira, é como se o Estado, por meio da legislação trabalhista, premiasse determinados segmentos da sociedade, especificamente aqueles inseridos na ordem regulada, por meio de incentivos e benefícios sociais. Não cabe aqui repetir o conteúdo das críticas já clássicas da recente historiografia social do trabalho a esta perspectiva, o que nos interessa é que a ideia de cidadania regulada nos permite entender que o Estado utilizou o acesso dos trabalhadores aos direitos sociais como uma ferramenta para disciplinar³² e/ou moldar um certo perfil de cidadão/trabalhador.³³

Na mesma linha de raciocínio, Adriano Duarte explica que a noção de cidadania passou a ser definida pelo trabalho, pela ocupação, sendo este um dever social. Deste modo, no universo do trabalho da Era Vargas, especialmente no Estado Novo, só existiam duas opções: ou se era trabalhador, com profissão regulamentada e carteira assinada, ou se era “vagabundo”.³⁴ Ora, não foi por acaso que o imaginário coletivo da malandragem cantada nas músicas populares, principalmente no samba, foi sistematicamente combatido pelos órgãos do Governo. Se por um lado tal realidade representou significativas mudanças e avanços, principalmente se comparado ao vazio institucional dos períodos anteriores, por outro lado, excluiu um considerável contingente de classes subalternizadas, isto é, aqueles que não estavam inseridos formalmente no mercado de trabalho.

³¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, ed. Campus, 1979, p. 75.

³² De acordo com Michel Foucault o “poder disciplinar” é definido como uma forma de dominação que tem por finalidade a constituição de indivíduos produtivos e ordeiros. Para isso, diversas instituições – como escolas, fábricas, hospitais, prisões, internatos, dentre outras – foram mobilizadas com o objetivo de (con) formar sujeitos “dóceis”, “aptos” para o trabalho e “inaptos” para a luta política. Ver mais: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 164.

³³ Ver esse debate de forma resumida em: MOREIRA, Marcelo Sevyabricker; SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. Cidadania regulada e era Vargas: a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos e sua fortuna crítica. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 33, n. 71, p. 539-558, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/YC5NhQNKLyLL4dB9tJmw5wL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 julho de 2024.

³⁴ DUARTE, Adriano L. **Cidadania e exclusão**: Brasil, 1937-1945. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

Indiscutivelmente, a importância positiva que a legislação social teve na vida dos trabalhadores brasileiros é um fato, entretanto, não devemos cair no conto de “que a legislação trabalhista legada por Vargas foi uma generosa concessão à classe trabalhadora no Brasil”. Muito pelo contrário, a tradição de luta do movimento operário e sindical brasileiro lega suas raízes ao final no século XIX, muito antes de ser uma “concessão” estatal, as greves, mobilizações, e lutas – legais ou não – marcaram a história da classe trabalhadora por estes direitos.

Ademais, devemos nos atentar que a aceitação de determinada realidade política e social não implica necessariamente resignação ou conformismo. A hegemonia varguista sobre os trabalhadores e cidadãos não foi absoluta, uma vez que este processo não impede os sujeitos históricos de defenderem seus interesses e buscarem saídas alternativas para burlar o regime imposto.³⁵ Sendo assim, mesmo quando aceitavam o discurso oficial e as concepções dominantes, os trabalhadores liam e reliam este processo lançado mão de suas próprias visões de mundo. Depreende-se, portanto, que a experiência dos trabalhadores se dá pela contra-hegemonia ou pela procura de uma nova hegemonia, como explica Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa:

o exercício da hegemonia não se define de nenhuma maneira *a priori*, mas está sujeito a constantes rearranjos, submetido a frequentes negociações e concessões, não impondo uma visão de mundo com total abrangência e persuasão em todos os aspectos, lugares e experiências de vida dos trabalhadores³⁶

Desse modo, a busca pelo controle da classe trabalhadora por parte do Estado, não impediu que estes sujeitos defendessem seus interesses, buscando saídas políticas e sociais alternativas, criando estratégias de sobrevivência e luta dentro do regime autoritário, percebendo os limites impostos e a maneira de superá-los, as próprias reivindicações dos trabalhadores se caracterizam como não-conformismo. Assim, tais sujeitos foram construindo e conquistando uma outra cidadania, pois a cultura de classe dos trabalhadores se constrói diante da dominação que é exercida sobre eles, mas também por meio da resistência a essa dominação³⁷.

³⁵ FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930 – 1945)**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 28-33.

³⁶ FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 225.

³⁷ KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. 2006. 364 f. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006, p. 117.

1.3. As políticas de alimentação voltadas para o trabalhador

Na Era Vargas, uma política de valorização do trabalho era, sobretudo, uma política de valorização da pátria, pois o trabalho era tido como o motor que mantinha a máquina da nação funcionando. Por este motivo, a nova política social do governo preocupava-se em promover melhorias na capacidade produtiva dos trabalhadores. Desta forma, uma série de providências a esse respeito foram tomadas, dentre estas, a elaboração das políticas sociais de alimentação para o trabalhador.

Como visto, a primeira metade do século XX foi um período marcado por diversas mudanças e reformas no campo político-social e econômico no Brasil. Dentre essas transformações verificou-se a emergência das políticas de alimentação e nutrição – consequência direta da descoberta científica da fome no Brasil e no mundo. Embora tal atitude não fosse pioneira, pois desde o início do período colonial já havia uma preocupação com a alimentação da população, pode-se afirmar que os primeiros instrumentos específicos de política social de alimentação e nutrição foram instituídos apenas ao longo do governo getulista, especificamente na vigência do Estado Novo.

A preocupação com a fome no cenário mundial passou a ter mais destaque após o fim da Segunda Guerra Mundial. Tal evento evidenciou o flagelo da fome e suas consequências devastadoras para os sistemas econômicos dos países e direcionou os olhares do mundo para a jovem ciência da Nutrição. Desde o século XIX, estudiosos da área da medicina buscavam entender como os alimentos eram processados pelo corpo humano e o início do novo século trouxe consigo grandes avanços, durante os anos de 1920 foram descobertas as vitaminas, e nos anos de 1930 já se tinha conhecimento que cada indivíduo necessitava de uma quantidade de calorias específica, levando em conta suas especificidades físicas, gênero e idade.

Ademais, apesar de não haver ainda comprovação científica do funcionamento das vitaminas e minerais na saúde humana, já existia um consenso de que as proteínas de origem animal deveriam ser priorizadas em relação as de origem vegetal, assim, alimentos como a carne, leite e vegetais passaram a ser tidos como imprescindíveis na dieta alimentar, pois protegiam o corpo de uma série de doenças.³⁸ Nascia assim uma nova ciência, que buscava entender a relação entre os alimentos e o organismo humano, e países como EUA, Japão e

³⁸ TOSCANO, Frederico de Oliveira. Yes, nós temos Coca-Cola: o ideal da fartura norte-americana na mesa do Nordeste (1930-1964). 2019. 558 f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 505.

Alemanha a utilizavam para reformular a alimentação de suas forças militares, e logo voltariam sua atenção também para a população civil.³⁹

No caso brasileiro, o início do século veio acompanhado dos debates acerca das precárias condições de vida da classe trabalhadora, e o pioneiro da ciência da nutrição no Brasil foi, sem dúvidas, o médico pernambucano Josué de Castro. Em 1932, Josué de Castro⁴⁰ em sua obra “As Condições de Vida da Classe Operária no Recife”, evidenciava os males sociais que a fome desencadeava em todo o país, em especial no Nordeste. De acordo com o inquérito feito pelo pesquisador, o consumo alimentar dos trabalhadores, a base de açúcar, café, charque, farinha, feijão e pão, proporcionava apenas 1.645 calorias, era deficiente de vitaminas e sais minerais, o que desencadeava alta mortalidade e baixa expectativa de vida, além de consumir mais da metade do salário mínimo. Cerca de 71,6% da renda dos trabalhadores era destinada a alimentação, a falta de renda foi identificado pelo pesquisador como uma das maiores ameaças a capacidade dos indivíduos em suprir suas necessidades alimentares.⁴¹ Castro foi pioneiro a tratar a fome e a má alimentação como um fenômeno social e não natural, um mal fruto de uma sociedade injusta e desigual. Suas pesquisas pioneiras tiveram ampla divulgação, causando um enorme impacto na opinião pública e influenciando a elaboração de políticas públicas, como a lei do salário mínimo.⁴²

Em síntese, a partir de Josué de Castro vários outros trabalhos similares foram surgindo, e o Estado que já tencionava melhorar a alimentação do povo incorporou esses estudos transformando-os em medidas concretas, assim surgiu as políticas de alimentação e nutrição no Brasil. Notoriamente, o governo Vargas representa um marco histórico em relação a emergência de políticas públicas sociais de alimentação, pois tornou a questão alimentar como umas das principais temáticas de sua agenda. No decorrer do Estado Novo (1937-1945) foi intuído o salário mínimo, criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), entre outras iniciativas que visavam uma melhor qualidade

³⁹ COLLINGHAM, Lizzie. **The tast of war: world war II and the battle for food.** New York: Penguin Books, 2013.

⁴⁰ Nascido em 1908, em Recife/PE, Josué de Castro, médico e cientista social, foi um ferrenho político e intelectual preocupado com o combate à fome e à pobreza no Brasil e no mundo. Suas principais obras são: Geografia da fome (1946) e Geopolítica da fome (1951). Entre 1952 e 1956 foi presidente do Conselho executivo da Food and Agriculture Organization – FAO. A partir de 1964, com a implantação da ditadura militar no Brasil, Castro perdeu seus direitos políticos e exilou-se na França, onde faleceu em 1973.

⁴¹ CASTRO, Josué. **As condições de vida das classes operárias no Nordeste.** In: CASTRO, Josué. Documentário do Nordeste. 2.ed. São Paulo: Brasiliense; 1959.

⁴² VASCONCELOS, F.A.G. Combate a fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.18, n.4, p. 439-457, 2005.

de vida para o trabalhador, além de aparelhar o Estado de mecanismos que lhe garantiam legitimidade e hegemonia.

O SAPS foi, sem dúvidas, um dos maiores programas de alimentação nacional. Criado em 05 de agosto de 1940, pelo Decreto-Lei nº2.478, tinha como objetivo principal melhorar as condições de alimentação dos trabalhadores. Durante sua vigência, entre 1940 a 1967, foi responsável por várias ações na área da nutrição, promovendo a instalação de vários restaurantes nas principais capitais do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de oferecer aos trabalhadores refeições por um preço acessível. Ademais, promoveu a criação de postos de subsistência destinados à comercialização de gêneros de primeira necessidade a preço de custo, melhorando a questão do abastecimento alimentar, e também promoveu uma série de ações que tinham como objetivo educar a população a se alimentar de forma saudável e assim melhorar o estado nutricional destes.⁴³

Tais políticas ganharam força porque a alimentação estava vinculada a ideia de progresso e desenvolvimento, de acordo com essa percepção, o trabalhador precisava estar bem de saúde para servir de forma efetiva a nação. No discurso varguista, o homem pouco nutrido, apático, fraco e mal alimentado era incapaz de contribuir com sua força de trabalho, entretanto, a partir de uma alimentação adequada, este sujeito daria lugar a um trabalhador forte e saudável. Assim sendo, “vencer as dificuldades relativas a alimentação e mudar os hábitos alimentares era um esforço que os trabalhadores deveriam fazer para garantir o desenvolvimento da Pátria”.⁴⁴

Portanto, como visto ao longo desse capítulo, a partir de 1930 o Estado adota um discurso de preocupação acerca das questões sociais e econômicas relacionadas a população brasileira. A pobreza passa a ser reconhecida como um problema que precisava de intervenção estatal, e seus males passam a ser combatidos. De acordo com Toscano, a partir dos anos de 1940 organizou-se uma frente de caráter mais científico para tratar a questão da alimentação no Brasil, uma espécie de consolidação das ações que se iniciaram em 1930, passou-se a reconhecer o papel da pobreza na falta de acesso aos alimentos com um suporte científico a

⁴³ CASTRO, Anna Maria. Nutrição e desenvolvimento: análise de uma política. 1977. 310 f. Tese (Doutorado em Livre Docência) Departamento do Instituto de Nutrição, Centro de Ciências e Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

⁴⁴ FOGAGNOLI, Marcela Martins. “Almoçar bem é no SAPS!”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de história, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011, p. 20.

essas noções.⁴⁵ Assim, a alimentação deixou de ser apenas um campo da ciência, e se tornou uma política pública implementada pelo Estado.

Abordando o período que mais diretamente nos interessa, no Território Federal do Amapá, alinhado as políticas nacionais de Vargas, o então governador Janary Gentil Nunes traçava um plano de combate ao desperdício de capital humano por meio da recuperação do homem amapaense. Maura Leal destaca que o projeto janarista buscava a integração da população local ao capital nacional, inculcando nos habitantes dessa pequena região hábitos modernos advindos do capitalismo industrial.⁴⁶

Todavia, como argumenta Leal, o que de fato o projeto janarista pretendia era formar um contingente de mão de obra produtiva para o projeto de desenvolvimento do território⁴⁷. Para tanto, pregava que o homem amapaense deveria mudar seus hábitos para melhor atender aos objetivos de progresso da nação, seguindo os preceitos da ideologia estado-novista. O governo territorial pregava que o trabalho era o caminho para uma vida digna, e que “a distinção entre os homens não se deve basear na fortuna nem na posição, mas na soma de serviços que prestem à sociedade”.⁴⁸

Assim, para se chegar a este ideal de civilização, era necessário superar diversos obstáculos, dentre eles a má alimentação da população. Segundos os discursos do governador do território, a má alimentação era uma das causas das diversas doenças que afetavam a população local, pessoas que não se alimentavam corretamente adoeciam de forma mais frequente⁴⁹. No entanto, a má alimentação não deve ser encarada como uma questão de escolha ou desejo, e no contexto amapaense a população pobre vivia sob constante insegurança alimentar, realidade também percebida em toda a Amazônia, como veremos no próximo capítulo.

⁴⁵ TOSCANO, Frederico de Oliveira. *Yes, nós temos Coca-Cola: o ideal da fartura norte-americana na mesa do Nordeste (1930-1964)*. 2019. 558 f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 509

⁴⁶ LEAL, Maura. *A (onto)gênese da nação nas margens do Território Nacional: “O projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)”*. Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ NUNES, Janary. **Confiança no Amapá**: Impressões sobre o território. 3º ed. Brasília: Senado Federal, 2021

⁴⁹ COSTA, Tayane Lima Pedrosa. *Não só de cafezinho com farinha vivia o homem macapaense: A “boa alimentação” e o paladar macapaense (1940-1956)*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, 2016

2. AS DIFICULDADES DE ABATECIMENTO ALIMENTÍCIO NA REGIÃO NORTE

2.1. A insuficiência do abastecimento alimentício na Amazônia: um problema histórico

Para vencer a força desadorada da natureza ainda em formação, para abrir algumas brechas nesses cerrados batalhões de árvores inexpugnáveis, seria necessária uma sábia estratégia do elemento humano. Seria preciso, antes de tudo, que ele concentrasse as suas forças. Que se agrupasse em zonas limitadas e desencadeasse nesses pontos estratégicos a luta contra a floresta.⁵⁰

Para os defensores do progresso e modernidade do século XX, a natureza amazônica sempre foi motivo de incomodo, ela seria a razão explicativa para o “atraso” econômico da Amazônia. Sob essa ótica, a natureza dominava, subjungando à suas forças naturais e imperiosas os poucos homens que habitavam esse “vazio demográfico”, tornando-o indolente, preguiçoso, perdido e engolido irremediavelmente pela floresta. Era sob essa perspectiva que os arautos da modernização enxergavam a Amazônia, um lugar onde os habitantes encontrar-se-iam em péssimas condições devido a desnutrição, as doenças e a dominação da natureza. Portanto, vencer esse “inferno verde”⁵¹ e os obstáculos impostos por ele significava dominar a barbárie, era a pátria sendo buscada em nome da unidade, do progresso e da civilização⁵².

O trecho acima, retirado do livro *Geografia da Fome* de Josué de Castro, é elucidativo para destacar algumas reflexões que considero essenciais para se entender as representações da Amazônia no período estudado. Ficam explícitas duas assertivas, a primeira é a noção de terra selvagem que vigorou durante muito tempo na visão de estudiosos e dos governos brasileiros. A segunda diz respeito aos estudos da região amazônica produzidas nas décadas de 1940 e 1950, no qual a obra se insere. Produzidos no contexto de institucionalização das ciências sociais, em especial do surgimento de Estudos de Comunidades, esses estudos configuraram uma abordagem de pesquisa em que a vida social de uma comunidade específica, tanto do ponto de vista social quanto espacial, era objeto de uma investigação aprofundada e detalhada.

De forma geral, esses estudos refletiam as preocupações de intelectuais tanto nacionais, quanto locais com as agruras diárias vivenciadas pelos habitantes do interior do país. No caso da região amazônica, sob uma perspectiva desenvolvimentista, estes estudiosos – alguns estiveram presentes no processo de ações governamentais para a região como o caso do Dante

⁵⁰ CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984, p. 82

⁵¹ Expressão cunhada a partir da obra de Alberto Rangel.

⁵² Estas noções de uma natureza feroz, cuja força subjugava os homens são vistas em estudos e romances sobre a Amazônia. Destacamos três trabalhos que operam com este referencial: *Inferno Verde*, de Alberto Rangel; *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau e os escritos incompletos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, como “À Margem da História”.

Costa⁵³ –, buscavam em suas pesquisas superar a imagem mitológica da Amazônia e interpretar a sociedade amazônica a partir de uma nova perspectiva, a de mudança social.⁵⁴ Foi a partir deste momento que a realidade social e econômica das comunidades existentes no interior da Amazônia passou a ser conhecida nacionalmente, para “reerguer” o homem amazônida precisava-se primeiro conhecer seu modo de vida e costumes, para depois mudar e moldar seus hábitos.

Nesse contexto, o binômio saúde/alimentação passou a ser considerado como uma ferramenta essencial neste processo, em especial devido à crença otimista de que a ciência e a tecnologia disponíveis seriam capazes de controlar e até mesmo erradicar as doenças existentes, em especial, a malária. Sob a coordenação desses importantes atores políticos foram elaboradas políticas de saúde voltadas para elevar os índices de alimentação dos habitantes da Amazônia, entretanto, devido as peculiaridades social, política e econômica da região, superar os problemas relacionados a insegurança alimentar, carestia e fome não eram tão fáceis assim.

Em seus estudos sobre a fome na Amazônia durante a década de 1940 e 1950, Josué de Castro afirmou que o estado de fome na Amazônia era resultado de diversos fatores de ordem cultural, social, histórica e ambiental. Segundo o médico, a natureza exercia uma influência negativa sobre a população amazônica, pois não proporcionava meios para o desenvolvimento agrícola e pecuário. A densidade das florestas não possibilitava a criação de gado e a precária condição de transporte limitava o abastecimento de carne para à população.⁵⁵

Na mesma linha de raciocínio, Dante Costa, um importante estudioso e médico paraense, compartilhava com Josué de Castro as mesmas noções sobre a fome na região amazônica. Em sua obra *Saúde, alimentação e pobreza na Amazônia*, observou que historicamente as condições econômicas e sociais caracterizavam as péssimas condições de vida da população amazônica. O médico, cuja trajetória se relacionou diretamente à ascensão

⁵³ Dante Costa (1912-1968) foi um médico nutrólogo que fez parte do quadro de funcionários do SAPS e que deu grande contribuição com suas pesquisas na área da nutrição na Amazônia e no Brasil.

⁵⁴ Selda Vale da Costa aponta a carência e uma possível agenda de pesquisa para este período: “Os anos 30 e 50 na Amazônia são de pouca pesquisa crítica; constituem um período ainda não resolvido pela historiografia regional. Seria fundamental para sua compreensão medir o peso da produção intelectual em relação ao que se produzia no Brasil na mesma época, saber quais preocupações temáticas envolviam a todos ou que originalidades foram possíveis. Mas, principalmente, perceber as transformações que se processam no papel do intelectual em relação à sociedade e ao Estado, principalmente durante o Estado Novo. Na Amazônia, a grande maioria dos intelectuais colabora em ações governamentais, quando não é partícipe direta”. Cf. Costa, Selda Vale da. Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira. In: Bastos, Elide Rugai; Pinto, Renan Freitas (orgs.). *Vozes da Amazônia – Investigação sobre o Pensamento Social Brasileiro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 306.

⁵⁵ CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984

da nutrição e da educação alimentar nas políticas públicas brasileiras, atestou que ainda no ano de 1960 a população da Amazônia não possuía qualidade no que tange aspectos de habitação, alimentação, transporte, saúde e educação⁵⁶. Na perspectiva de Costa, a Amazônia estava a margem de um país em pleno desenvolvimento.

É bem verdade que os problemas relacionados ao fornecimento de alimentos na Amazônia constituem uma ocorrência de longa duração, principalmente porque uma das características marcantes dessa região é que as vias fluviais constituem um dos principais elos de comunicação e transporte, se não o único, como em algumas regiões interioranas. Desse modo, o abastecimento de viveres ficava a cargo deste meio de transporte, tornando-o mais demorado, pois os mercadores dependiam totalmente das águas dos rios e do fenômeno das enchentes e vazantes. Entretanto, embora o abastecimento fosse de fato prejudicado por tais condições, a perspectiva dos dois autores que investigaram o fenômeno da fome e desnutrição na região amazônica durante a década de 1950 não condiz com a total realidade, pois os problemas relativos a fome e abastecimento alimentício estavam relacionados muito mais a uma questão estrutural do que natural, como veremos.

Desde os tempos coloniais, o abastecimento de carne verde⁵⁷ em algumas cidades da Amazônia sempre fora insuficiente, ocasionando a falta e a carestia do produto, sendo, na maioria das vezes, importado de outras regiões. Em Belém, por exemplo, a carne era considerada um gênero de primeira necessidade, uma vez que representava um dos principais alimentos consumidos por seus habitantes,⁵⁸ todavia, apesar da extensa área territorial, Belém mantinha uma relação de dependência não apenas com mercados regionais de fornecimento de gado, como também internacionais.⁵⁹ Na primeira metade do século XX, a capital do Pará ainda

⁵⁶ COSTA, Dante. **Saúde, alimentação e pobreza na Amazônia**. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1965

⁵⁷ Conforme Costa, o conceito de carne verde, em oposição a carne seca ou salgada, é definida como a “carne bovina recém abatida, também chamada de carne fresca”. *Idem*, p. 1.

⁵⁸ MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do Que Se Come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém, 1850 – 1900**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2004, p. 57.

⁵⁹ Sobre essa temática, os pesquisadores Sidiana Macêdo e Fabrício Silva discutiram tais questões em suas pesquisas: *Do que se come: uma história do abastecimento em Belém 1850 – 1900 e Nas tramas da ‘escassez’: o comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém (1897-1909) respectivamente*. Assim sendo, Macêdo salienta que, “no que tange o gado... ciente de que a cidade de Belém estava passando por uma de suas carestias de carne verde, propõem ao governo paraense um contrato para o abastecimento de tal gênero... ficou estabelecido que a presidência poderia contratar com Pedro Paulo de Moraes Rego, ou quem maiores vantagens pudessem oferecer fornecimento de gado vindo de fora da Província para aqui ser talhado pelo próprio governo como solução para amenizar o momento de carestia. Outra proposta aceita foi a de Fellipe Joaquim de Souza Filho e Feliciano Ramos Ferreira Bentes, um contrato de dois anos para a importação de gado também de fora da província e a venda de carne verde à população”. MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e alimentação em Belém (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Estudos Amazônicos, de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009, p. 97. Por sua vez, Fabrício Silva destaca que

sofria com a escassez e a carestia de carne verde advinda do mercado interno, o que resultava em um volume maior de importações.⁶⁰

Diante disso, o que chama a atenção é que a Ilha do Marajó era a principal zona produtora de gado da Amazônia, logo, exercia um papel central na criação de gado nesta região. Ora, como explicar então, diante da quantidade de gado existente nas fazendas paraenses, ainda existirem tantas reclamações sobre a escassez de carne verde? De acordo com Herbert, a política de abastecimento adotada pelo poder público, ocasionou uma dependência necessária em relação à importação da carne de outras regiões, “acumulando capitais através do comércio de importação, sob a alegação de colapso da produção marajoara, negando, por sua vez, a existência de uma produção interna de carnes suficiente para o provimento da população urbana e para a exportação”.⁶¹

Para o autor, as crises de abastecimento alimentício na capital do Pará eram mais questão de narrativa do que realmente uma realidade, pois de acordo com o autor, a escassez obedecia mais aos interesses do capital comercial, os interesses econômicos das elites e as manipulações do poder público, do que aos fenômenos naturais e técnicos:

“Esses discursos de escassez e carestia norteiam e traduzem as estratégias de alguns administradores em abandonar o fornecimento para a capital do gado proveniente da Ilha do Marajó e importar carne de outras regiões, atraindo o interesse de diversos grupos, da mesma forma que reforça as estruturas de dominação. É preciso chamar a atenção para a influência de fazendeiros e de negociantes sobre o governo para se importar carne, auferindo assim maiores lucros. Fazendeiros e comerciantes envolvidos com a produção e comércio de carne verde eram muito influentes no governo e mantiveram-se no poder ao longo dos séculos XIX–XX. Essas observações confirmam que a carne verde deixa de ser um gênero de produção local voltado para o consumo interno, saltando para ser um produto de importação e de consumo limitado”⁶²

Como se vê, não era demasiadamente simples esclarecer as causas da escassez e carestia da carne verde. Entretanto, com base nas observações feitas, atesta-se que o principal fator que ocasionou as conseqüentes crises no abastecimento desse produto foi o fato de que a carne verde deixou de ser um gênero de produção local voltado para o consumo interno, tornando-se cada

no dia 27 de abril de 1906, o jornal Folha do Norte, noticiou “que a criação de gado da Amazônia era insuficiente, sendo necessário recorrer à importação de gado de outras regiões brasileiras e da Argentina como alternativa para o abastecimento de Belém”.

⁶⁰ NASCIMENTO, Francimary da Silva Santos. Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antônio Lemos (1897 - 1908). TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

⁶¹ HERBERT, Fabricio. No País das Carnes Verdes: Abastecimento, importação e os discursos de “declínio” da indústria pastoril marajoara no limiar do século XX. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, vol. VI, n° 1, 2011, p. 203-243

⁶² *Ibidem*. p. 218

vez mais um produto de importação e de consumo limitado. Portanto, a insuficiência do abastecimento de carne e de outros gêneros de primeira necessidade não estava totalmente relacionada a questões naturais, e sim a interesses particulares.

Na década de 1950, a Amazônia entrou numa fase de planejamento do seu destino e de sua função no cenário nacional. Em linhas gerais, foram criados diversos programas objetivando o desenvolvimento econômico da Amazônia, e conseqüentemente, a superação desses problemas relativos ao abastecimento alimentício. Essas iniciativas acreditavam que ao incrementar o desenvolvimento da produção agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, os padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região dariam um salto, aumentando assim a expansão da riqueza do País. Deste modo, durante os anos de 1940, 1950 e 1960, a Amazônia figurava no topo da escala de prioridades do governo central.

Em âmbito nacional, a primeira tentativa de planejamento regional para Amazônia ocorreu em 1953 com criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA. De acordo com Silva e Batista, em *O 1º plano quinquenal de valorização econômica da Amazônia de 1955: educação para o desenvolvimento amazônico*, a SPVEA foi a primeira grande organização estatal brasileira voltada para a implementação de processos inovadores de planejamento regional⁶³. Mais tarde, em 1955, o SPVEA propôs o chamado Programa de Desenvolvimento Cultural contido no 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (PQVEA).

Este Plano propôs melhorias sociais, econômicas e culturais para as populações amazônicas e salientava a necessidade de se constituir na Amazônia uma economia estável, convertendo a população rural extrativista dispersa em uma sociedade de base agrícola⁶⁴. A SPVEA foi um divisor de águas para fomentar a economia na Amazônia, esta instituição trouxe com sua instalação projetos de incentivo às atividades extrativistas do látex, da castanha-do-pará, essências vegetais e de peles de animais. Outrossim, incentivava atividades como a pecuária, e a exploração de minérios como o ouro, o manganês e de pedras preciosas. Desenvolveram-se, a partir de então, indústrias de calçados, as usinas para beneficiamento da castanha-do-pará e a indústria de beneficiamento de fumos.

⁶³ SILVA, José Bittencourt; BATISTA, Iane Maria da Silva. **O 1º plano quinquenal de valorização econômica da Amazônia de 1955: educação para o desenvolvimento amazônico**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, ed. 66, 2015, p. 56-72.

⁶⁴ *Ibidem*. p. 59

No caso de Macapá, a insuficiência no abastecimento alimentício caracterizou-se em um problema de grave proporções desde a época colonial, pois o abastecimento de viveres para a vila de São Jose de Macapá era muito custoso, visto que a distância de Belém, metrópole regional e capital do Pará, onde os comerciantes abasteciam seus barcos, era muito grande. Após o fim da Segunda Guerra Mundial a situação se agravou profundamente, a população sofria com a frequente escassez de alimentos e apesar das peculiaridades regionais e geográficas do Território, – cujo abastecimento era feito ou por via fluvial ou aérea –, o abastecimento de carne verde, assim como outros gêneros alimentícios de primeira necessidade, obedecia muito mais os ditames dos interesses particulares do que os naturais.

2.2. O Território Federal do Amapá

Em 13 de setembro de 1943, por meio do decreto-lei 5.812, o Amapá teve suas terras desmembradas do estado do Pará e foi elevado a condição de Território Federal. Nesta nova conjuntura o Governo Federal passou a exercer total controle sobre essa região, logo, todas as decisões políticas, econômicas, administrativas e de segurança atenderiam, primeiramente, aos interesses e necessidades do Governo Federal. Consoante a isso, em 25 de janeiro de 1944 ocorreu a instalação do primeiro governo territorial sob o comando do capitão Janary Gentil Nunes, indicado pelo então presidente da república Getúlio Vargas⁶⁵.

O início de sua administração foi caracterizado pela coleta de informações, que possibilitaram uma visão inicial sobre o Território Federal do Amapá recentemente estabelecido. Dados foram compilados de diversas áreas, incluindo saúde, educação, alimentação, produção, abastecimento, segurança, infraestrutura, entre outros, e reunidos no Relatório das Atividades de Governo do Território Federal do Amapá apresentado por Nunes ao Presidente da República Getúlio Vargas, em janeiro de 1946.

⁶⁵ De acordo com Maura Leal, um acontecimento que impactou a Amazônia, pouco lembrado pela historiografia nacional, mas que faz parte dos empreendimentos da “integração” inaugurados, desde a década de 1940, por Getúlio Vargas, foi a criação de cinco territórios federais. O objetivo era centralizar a administração desses espaços no governo federal para executar projetos com propósitos de ocupação, desenvolvimento e modernização de áreas de fronteiras. Juntamente com o Território Federal do Amapá (desmembrado do estado do Pará), foram criados mais quatro territórios federais por meio do Decreto-Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, todos em áreas de fronteira: Rio Branco, desmembrado do Amazonas; Guaporé e Ponta Porã, desmembrados do Mato-Grosso e Iguazu, desmembrados do Paraná e de Santa Catarina. Cf. BENEVIDES, Marijeso de Alencar. **Os novos territórios federais**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946; LEAL, Maura. A (onto)gênese da nação nas margens do Território Nacional: “O projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)”. Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007

Na introdução do relatório, o governador disserta sobre a situação do TFA em vários aspectos e o que chama atenção para fins desse trabalho é o relato sobre a alimentação da população. Logo de início, Janary Nunes afirma que:

A alimentação geral do povo precisa ser transformada. A refeição em geral é o ‘cafezinho’ com farinha pela manhã; carne salgada, pirarucu ou jabá fervido na água e sal, com farinha, ao almoço, pouco diferente o jantar, quando há⁶⁶.

Como no contexto nacional, percebe-se que a falta de diversidade na alimentação e suas possíveis consequências negativas para a saúde dos indivíduos preocupava as autoridades locais. Em outro trecho do relatório, Nunes afirma que a questão sanitária era a que mais merecia atenção pois era gravíssima, segundo o governador, os amapaenses eram acometidos de diversas doenças, e uma das principais causas desse mal era a questão da má alimentação, uma vez que, em suas palavras, uma alimentação errada e insuficiente diminuía a energia do amapaense.

Pedro Lago da Costa Borges, diretor do Departamento de Saúde do Território, corroborando com os discursos de Janary sobre a alimentação dos macapaenses, concluiu, no final do tópico que fala sobre alimentação no relatório, que havia a necessidade de criar, urgentemente, um programa de aumento de produção de gêneros alimentícios e uma política de preços que amparasse o agricultor, dessa forma as classes de baixa renda teriam acesso a alimentos de alto valor nutritivo, os chamados “protetores”. Borges concluiu que melhorar a alimentação do amapaense e assim, portanto, elevar a qualidade de vida da população era “obra que demanda tempo, pertinácia, que exige um mecanismo de ação complexo e bem aparelhado em todos os setores, para que o final almejado não venha a ser comprometido pela insuficiência dos meios”.⁶⁷

A esse respeito, Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas*, instiga-nos a refletir que mais do que inventadas, nações são imaginadas e se constituem objetos de desejos e projeções.⁶⁸ Sob essa perspectiva, não se pode deixar de enfatizar que Janary Nunes vislumbrou o Amapá como um lugar promissor para colocar em prática os ideais de progresso e modernização da época, considerando-se o principal fio condutor que transformaria o Território

⁶⁶ NUNES, Janary. Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944. P. 5

⁶⁷ NUNES, Janary. Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944. P. 87

⁶⁸ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Federal do Amapá, considerado atrasado e subdesenvolvido, em uma referência de modernização e desenvolvimento, uma verdadeira “civilização equatorial”⁶⁹.

A partir de então, no intuito de implementar padrões sociais hegemônicos e apagar toda a diversidade de uma população múltipla com a justificativa de melhorar a qualidade de vida destes, o governo territorial pôs em prática seus planos de tentar inculcar nas pessoas novos hábitos sociais, começando por uma reeducação alimentar e sanitária. Segundo Sidney Lobato, a política janarista possuía um caráter etnocêntrico, e via naquela alimentação simples o reflexo do homem amazônico apático, doente e que só buscava na alimentação o suficiente para matar a fome.⁷⁰

Desfazendo-se de todo o arcabouço cultural e modos de vidas seculares do amapaense, o governo territorial decidiu que esta alimentação não servia para seu projeto político de busca pelo progresso e civilização. Deste modo, homens, mulheres e crianças deveriam seguir novos parâmetros, pois dentro de uma sociedade moderna não havia lugar para hábitos considerados atrasados, o “cafezinho com farinha” não proporcionava energia suficiente para o trabalho e nem aprendizagem, por isso deveria ser substituído por alimentos mais nutritivos. A ideologia do governo territorial era a de que um homem bem alimentado é feliz, o que o torna mais produtivo para o progresso do país. Da mesma forma, uma criança bem alimentada tem mais disposição para estudar. Assim, a boa alimentação estava diretamente relacionada ao trabalho e ao progresso.

Em edição de setembro de 1945, o jornal *Amapá*,⁷¹ periódico oficial do governo territorial, publicou um artigo com um título bem sugestivo: *Alimente-se Bem*. O texto começa com a indicação de alimentos que compunham um “almoço sadio”, enfatizando a importância da ingestão de carne todos os dias, arroz, feijão, tubérculos, legumes, gorduras como a manteiga, leite e pão na dieta alimentar. Ademais, o artigo chama a atenção para o perigo da anemia

⁶⁹ PAZ, Adalberto. Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: **Paka-Tatu**, 2014.

⁷⁰ LOBATO, Sidney. **Educação na fronteira da modernização**: A política educacional no Amapá (1944 - 1956). 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) 2009. 159 f. São Paulo (USP), 2009.

⁷¹ O jornal *Amapá* foi criado em 1945 pelo governador Janary Nunes como um instrumento de propaganda para o governo territorial. De acordo com o Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944, apresentado pelo governador território, “na época da criação do Território, não havia, em todo o Amapá, nenhuma oficina gráfica, nenhum meio de publicidade e propaganda”. Então, foi criado o Serviço de Imprensa e Propaganda, incluído no plano de organização administrativa com o objetivo de “difundir pela imprensa e pelo rádio, dentro e fora do Território, todas as informações de interesse para o desenvolvimento econômico da região, suas possibilidades, e para a divulgação mais ampla dos atos do Governo da União e da administração local”. Ver: NUNES, Janary. Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

ferropriva na saúde dos indivíduos: “quando falta ferro no sangue, a pessoa torna-se anêmica, pálida, amarela sem apetite e sem energia para coisa alguma”, por este motivo, a alimentação mais do que nunca deveria ser equilibrada, pois, segundo o jornal, “a vida humana depende do alimento, bem nutrido o homem aumenta a capacidade de trabalho e a saúde e sente maior alegria de viver”. Em outro trecho desse artigo, o jornal faz um alerta para as famílias:

TRABALHADOR: Vela pela tua saúde. Quem tem saúde trabalha melhor, vive mais alegre e feliz. A boa alimentação e os bons hábitos higiênicos valorizam o homem. A água filtrada é uma boa garantia de saúde e todos os lares devem possuir o seu filtro.

A ESPOSA DO TRABALHADOR: Cuide da alimentação dos seus, mesmo com sacrifício. Procure fazer com que todos em sua casa <gostem> de verduras, frutas, legumes, ovos e leite. Plante a sua horta, crie galinhas, sirva diariamente na mesa um prato de verduras.⁷²

Artigos como esse passaram a ser recorrentes no jornal oficial do governo, sempre com slogans chamativos, impressos em negrito, tencionando chamar a atenção do leitor para a importância de uma alimentação saudável: “*Alimente-se bem*”, “*A vida humana depende do alimento*”. Outrossim, além de tais medidas serem amplamente difundidas por meio deste veículo de comunicação, passaram a ser divulgada também nas rádios.

Em 1956, O *Jornal Amapá* noticiava a chegada do Sr. Joaquim Rodrigues da Silva, funcionário do Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S), à capital do TFA. De acordo com o periódico, o funcionário do S.A.P.S veio ao território para realizar provas de seleção de candidatas que iriam fazer um curso de Nutrição, sob o comando do médico e professor Dante Costa. Tal iniciativa, como afirma o articulista, comprovava o interesse da instituição de colaborar com o governo territorial, que tudo vinha fazendo para melhorar a alimentação do amapaense.⁷³ Apesar disso, o que se via era um estado de frequente escassez de alimentos.

Ora, então fica o questionamento, como uma população que vivia em constante insegurança alimentar poderia *alimentar-se bem*? Para além de divulgar guias nutricionais pelo rádio e jornais, a população precisava de medidas concretas e efetivas que resolvessem os problemas relacionados ao déficit no abastecimento alimentício, a falta de carne e os altos preços, entretanto, o que se via era um agravamento de tais problemas.

Em 1939, Dante Costa, em conferencia intitulada “O Problema da Alimentação na Amazônia”, realizada em Belém, discursou sobre a precária alimentação do amazônida.

⁷² Alimente-se bem... *Jornal Amapá*. 15 set. 1945, p. 3.

⁷³ No território o Sr. Joaquim, representante do S.A.P.S. *Jornal Amapá*, 07 out. 1956, p. 5.

Segundo o médico, grande parte da população que habitava a Amazônia estava sob o regime da fome, a população vivia desnutrida e subalimentada, isoladas no interior da floresta, sem poder contribuir para o desenvolvimento econômico da região pois suas condições alimentares não lhes permitiam. Costa identificou que alguns dos principais fatores responsáveis pela má alimentação das populações na Amazônia estavam relacionadas a geografia do lugar ⁷⁴.

De fato, a distância dos núcleos populacionais e as dificuldades de transporte entre uma cidade e outra, a grande maioria feita por vias fluviais, acabavam desencadeando a falta e a consequente alta do preço dos alimentos, fato que foi observado por Janary em seu relatório ao abordar o tópico de abastecimento.⁷⁵ E esta era uma preocupação existente não só em Macapá, como também em diversas outras regiões do país, uma vez que “durante toda a história do abastecimento no Brasil, sempre houve reclamações quanto à baixa qualidade no oferecimento, à escassez e ao preço de alimentos, principalmente da carne verde”.⁷⁶

No Território Federal Amapá (TFA) tal problemática adquiria outros contornos, pois os rios eram os principais meios de comunicação e transporte. No Relatório das Atividades de Governo do TFA, o governador Janary afirmava que não existiam transportes rodoviários nessa região, e que faltavam estradas que interligassem as diversas localidades espalhadas pelo território, segundo ele: “não existem, faltam estradas interiores entre os núcleos de população, as estradas são os rios”.⁷⁷

Embora reconhecesse as peculiaridades regionais que condicionavam, em grande parte, a economia local e a própria sociedade à dependência do comércio fluvial para sua subsistência,

⁷⁴ Em 1951, Dante Costa lançou o livro *Alimentação e Progresso*. O livro é composto por uma coletânea de artigos publicados em ocasiões distintas, e possui dois capítulos dedicados aos problemas alimentares na Amazônia. Segundo o autor, o trabalho que originou o livro foi apresentado na conferência “O Problema da Alimentação na Amazônia” em Belém, no Pará, em 1939. COSTA, Dante. **Alimentação e progresso: o problema no Brasil – alguns aspectos sociais da alimentação humana**. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1951. Outras obras importantes do autor que abordam a insegurança alimentar na Amazônia: COSTA, D. *A nutricionista: sua responsabilidade e sua alma*. Coleção Ensaio e Debate alimentar. Rio de Janeiro: SAPS, 1958. COSTA, D. *Tratado de Nutrição. Fisiologia, química, bioquímica, clínica, terapêutica, introdução à Dietética*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1947. COSTA, D. *Bases da alimentação racional - Orientação para o brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. COSTA, D. *Merendas escolares: vinte e cinco sugestões de merendas para crianças escolares brasileiras*. Rio de Janeiro, DF: Imprensa Nacional, 1943. COSTA, D. *Problemas de educação alimentar em países de pouco desenvolvimento econômico*. Coleção estudo e pesquisa alimentar - 38. Separata da Revista Brasileira de Medicina, vol. XIV. Rio de Janeiro, setembro de 1957, nº 9, p. 650.

⁷⁵ NUNES, Janary. Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 4

⁷⁶ COSTA, Edite Moraes da. O comércio das carnes verdes e a transformação sócio-econômica de Santa Cruz com a construção do matadouro industrial. Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio realizado entre os dias 08 e 11 de agosto de 2016, UFRRJ.

⁷⁷ NUNES, Janary. Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 6

o governo territorial se propôs a mudar tal realidade, assim, uma das frentes de ação descrita no referido relatório de governo de 1946, referia-se à construção de vias terrestres, de caráter imediato, para conectar os municípios e localidades que, até então, permaneciam praticamente isolados entre si.

A esse respeito, conforme alerta Paulo Marcelo Cambraia, entre os anos de 1940 e 1970, Janary Gentil Nunes e os governantes que se seguiram, ancorados em uma retórica de progresso que defendia a abertura de estradas como sinônimo de desenvolvimento, ignoraram todo um modo de vida existente nessa região, pois tinham uma visão deturpada e preconceituosa de que as hidrovias, grande marca local, significavam atraso e isolamento.⁷⁸ Conforme o autor:

O cerne desses discursos inevitavelmente colocava em questão a utilidade dos rios para o desenvolvimento da região, principalmente para o escoamento da produção agrícola. Também atrelado a esse pensamento, vinha o profundo desdém com o modo de vida local, basicamente assentado na utilização dos rios não só como via de transporte e sobrevivência, mas também como modo de vida.⁷⁹

Não obstante, mesmo com a construção das rodovias que passaram a interligar Macapá com as vilas de Porto Grande, Ferreira Gomes, Amapá e a vila de Calçoene, o abastecimento de viveres para o território continuava sendo realizado, majoritariamente, pelos rios. Isso se deve ao fato de que os rios, além de serem locais estratégicos para a sobrevivência, foram os percursos naturais explorados por diversos homens e mulheres que fincaram raízes na Amazônia, estes representam a expressão de todo um *modo de vida*⁸⁰ construído por meio da relação íntima e constante com os rios. Desta forma, quando se fala em abastecimento é impossível ignorar a importância que os rios representaram e representam até hoje para Macapá, uma vez que a circulação de pessoas e mercadorias entre o Amapá e o restante do Brasil só é possível, até hoje, ou por via fluvial ou aérea.

A clara intenção de governo territorial de moldar os macapaenses, transformando-os em futuros trabalhadores e trabalhadoras do futuro, resistentes a doenças e mais produtivos esbarrava em problemas históricos do território. A generalizada crise de abastecimento alimentício e seus desdobramentos afetavam toda a sociedade macapaense, os altos preços dos alimentos e da carne condicionavam a classe trabalhadora a uma constante batalha pela sobrevivência. Enquanto do alto de seus cargos os governantes traçavam planos para os

⁷⁸ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Na ilharga da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão**: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945-1970. Belém: Açai, 2008, p. 45

⁷⁹ Ibidem. p. 32

⁸⁰ Sobre as discussões em torno da definição do conceito, ler: WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

trabalhadores, estes elaboravam e reelaboravam estratégia para garantir a sobrevivência frente a constante insegurança alimentícia, o trabalhador do futuro precisava sobreviver no presente.

2. INSEGURANÇA ALIMENTAR EM MACAPÁ: OS ALTOS PREÇOS E ARRANJOS COTIDIANOS

3.1. As dificuldades de abastecimento alimentício em Macapá na segunda metade da década de 1950

Desde a sua criação, o Território Federal do Amapá recebeu, a cada ano, um número crescente de migrantes vindos dos estados do Norte e Nordeste. Esse movimento populacional ocasionou um rápido e expressivo crescimento demográfico. Em 1950, a população do território era de aproximadamente 36.438 pessoas, e, em apenas cinco anos, esse número saltou para 48.269. Ao longo da década de 1950, a população cresceu cerca de 9,6%. Para ilustrar esse crescimento, observemos o quadro abaixo.

Tabela 1: População presente estimada – 1948/1959 ⁸¹

ANOS	POPULAÇÃO ESTIMADA
1948	32.562
1949	34.445
1950	36.438
1951	38.546
1952	40.775
1953	43.134
1954	45.629
1955	48.269
1956	52.500
1957	54.015
1958	57.139
1959	59.761

Fonte: AMAPÁ - SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Amapá*. IBGE. Macapá, 1957. p. 89

Enquanto a população aumentava de forma exponencial, os problemas referentes ao abastecimento alimentício se acentuavam. De modo geral, esse crescimento populacional acarretava, além de outros desafios, um aumento significativo na demanda por alimentos, e entre os gêneros alimentícios de primeira necessidade, a carne verde era um dos que mais geravam reclamações. Havia um grande desequilíbrio entre o aumento demográfico da população de Macapá e o consumo de carne verde, a oferta não supria a demanda.

⁸¹ Amapá - Serviço de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do amapá. IBGE. Macapá, 1957. P. 89

Tomando como referência os dados apresentados no relatório de atividade do TFA de 1944, atestou-se que o consumo diário de proteína animal não alcançava 20 gramas por pessoa,⁸² quando a carga ideal era de 52,6 gramas por dia.⁸³ Tal realidade se dava pela escassez desse gênero alimentício nos mercados da capital, uma vez que, apesar da produção considerável, grande parte do rebanho bovino era destinado à exportação para as Guianas francesa e holandesa,⁸⁴ enquanto a produção de pescado era exportado para Belém, pouco sobrando para o abastecimento interno.

Desde meados da década de 1950, o Serviço de Navegação do Amapá (SERTTA-Navegação) sofria com aguda crise. De acordo com o *Folha do Povo*, a frota estava em ruínas, alguns poucos funcionavam de forma precária, necessitando urgentemente de reparos, outros estavam parados aguardando conserto no estaleiro.⁸⁵ Levando em consideração que o abastecimento de viveres e transporte de cargas e pessoas no Território dependia, unicamente, das vias marítimas-fluviais, era inevitável que essa situação não afetasse o transporte de alimentos para o território. Segundo Paulo Costa, o governo territorial reconhecia a grave situação e pouco fazia para resolvê-la:

Esse reconhecimento não é o mais significativo da situação. O que mais impressiona é o posicionamento da própria administração territorial, que além de admitir sua incapacidade de solucionar um problema que ela dizia existir, a solução encontrada era, acima de tudo, paliativa e excludente. O Governo se comprometia a criar um sistema de abastecimento que tão somente suprisse as necessidades dos funcionários públicos.⁸⁶

Embora o governo se comprometesse a garantir o provimento dos seus funcionários, esquecendo-se do restante da população, certamente não podemos considerar a frota oficial como única via de transporte responsável pelo abastecimento, como atesta Costa, os regatões desempenharam um papel crucial no abastecimento de víveres no território, principalmente em épocas de crise, estes sujeitos subiam e desciam os rios da região levando mercadorias e fomentando o comércio nas comunidades mais longínquas.⁸⁷

⁸² NUNES, Janary. Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 131.

⁸³ OLIVEIRA JUNIOR, Augusto de. **Alimento e Fome: a contradição no processo do desenvolvimento da Amazônia.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido, Belém, 2010.

⁸⁴ NUNES, Janary. Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 130.

⁸⁵ Uma frota em ruínas... *Folha do Povo*. 17 set. 1959, p. 3.

⁸⁶ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Na ilhargá da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão:** os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945-1970. Belém: Açai, 2008, p. 160.

⁸⁷ O Regatão – termo que serve tanto para se referir ao comerciante da embarcação, quanto para a embarcação que servia para transportar os gêneros e as mercadorias, e de loja para se trocar e vender esses produtos –, desempenhou um papel fundamental no abastecimento de gêneros alimentícios e de produtos contrabandeados para as diversas

Outro fator preponderante que se relacionava ao déficit de abastecimento, era a extrema dependência econômica regional, que pela escassa produção de gêneros de primeira necessidade, precisava importar quase tudo o que se necessitava para o consumo, ocasionando a elevação dos preços. Em 1955, diante do grave problema da escassez de alimentos que Macapá sofria, várias medidas foram adotadas para levantar o setor agrícola do Território, novos investimentos foram destinados para a pecuária,⁸⁸ objetivando o melhoramento do rebanho bovino e aumento na produção de leite; para a lavoura e produção de diversos tipos de alimentos. Todas essas medidas visavam combater a insuficiência do abastecimento alimentício no território, uma vez que o custo dos alimentos crescia mais a cada ano e a importação encarecia os produtos.⁸⁹ Contudo, os resultados foram pouco consoladores.

Portanto, percebe-se que as causas do déficit de abastecimento alimentício em Macapá eram várias, e as medidas governamentais para resolver o problema não alcançavam êxito. Comprar carne nos mercados era uma tarefa difícil, pois, apesar da criação extensiva de gado, e dos investimentos nos rebanhos, os preços exorbitantes praticados no território impediam que a população consumisse o gênero. Muitos fazendeiros preferiam negociar com mercados mais lucrativos, o que obrigava o governo territorial a recorrer à importação e mesmo assim, o abastecimento de carne não era mantido de forma regular, resultando em escassez e aumento nos preços

3.2. O problema da carestia

A insegurança alimentar era uma realidade concreta vivenciada pelos habitantes da capital do Território Federal do Amapá, o reconhecimento na precariedade no sistema de abastecimento dos gêneros alimentícios era um consenso na época, o governo territorial não conseguia mantê-lo com regularidade, principalmente do gênero que constituía a base de uma alimentação da população: a carne. A esse problema somava-se o da carestia, os altos preços praticados em Macapá, e nos demais municípios, dificultavam ainda mais a situação do trabalhador com baixo poder de compra.

comunidades ribeirinhas. Ver: COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Na ilhargá da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão**: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945-1970. Belém: Açaí, 2008.

⁸⁸ O frequente déficit no abastecimento de carne era motivo de preocupação frequente, para tentar sanar esse problema, o governo territorial criou em 1944 a Comissão de Abastecimento do Território Federal do Amapá (CATFA), que mais tarde se tornaria uma superintendência. O órgão atuou como regulador do suprimento dos principais núcleos populacionais, orientando os criadores de rebanho para obterem maiores rendimentos, fiscalizando a carne de gado, convocando os criadores a fornecer carne para o abastecimento e promovendo ações para a maior valorização e melhoria quantitativa e qualitativa dos gêneros. Uma das medidas criadas pelo órgão foi a criação da Exposição de Animais do Território Federal do Amapá. Ver: Exposição de Animais do Território Federal do Amapá... *Jornal Amapá*. 22 fev. 1947, p. 3.

⁸⁹ A transformação econômica do amapá... *Jornal Amapá*. 19 mar. 1955, p. 3.

Num balanço feito em 1955 sobre o aumento do custo de vida nas capitais do Brasil, o articulista do *jornal Amapá* noticiava com entusiasmo as “*Boas condições do Amapá*”, cujo aumento do custo de vida saltou para 35%.⁹⁰ Tal pesquisa levava em consideração os 19 gêneros alimentícios mais consumidos em cada capital, e segundo o articulista, o Amapá, apesar do aumento significativo, tinha um dos menores índices do Brasil. Embora o índice fosse um dos menores do país, é importante lembrar que o salário mínimo do Amapá era um dos mais baixos dentre as capitais brasileiras, portanto, qualquer aumento no custo de vida afetava drasticamente a população pobre do território.

Em agosto de 1959, o jornal *Folha do Povo*⁹¹ denunciava, de forma alarmante, que o povo estava morrendo de fome. De acordo com a matéria, eram inúmeras as reuniões de governo que viravam a madrugada, porém o problema da falta de carne não era resolvido, e a única solução que encontravam para melhorar o abastecimento era elevar constantemente os preços, esses aumentos eram justificados como medidas necessárias para garantir o abastecimento: “Foram dados os aumentos. Os fazendeiros enricaram e a população continua sem carne. Qual a solução? Para nós, o povo, o melhor que fazemos é chorar na cama que é lugar quente com a barriga cheia de mingau de farinha”⁹².

Segundo Sidney Lobato, o governo territorial não conseguia frear o avanço da inflação, e recorrentemente elevava os preços dos gêneros considerados de primeira necessidade a fim de salvaguardar as margens de lucro de pecuaristas e comerciantes. Desta maneira, a política intervencionista de controle da inflação, por meio do tabelamento dos preços dos produtos essenciais, era prejudicada pela prioridade cedida aos interesses de fazendeiros, às custas da proteção do poder aquisitivo da população pobre. Cedendo ao apelo dos produtores e comerciantes, os preços eram recorrentemente elevados.⁹³

Outro motivo para os frequentes aumentos do preço de alimentos, como vimos no segundo capítulo deste trabalho, eram as deficiências existentes no abastecimento alimentício do território, resultado de uma política de fomento à produção que nunca deu os frutos desejados, resultando em um grande volume de importações, e obviamente, gêneros mais caros. Não foram poucas as verbas destinadas para o Território Federal do Amapá, aliás, desde antes

⁹⁰ Índice do custo de vida em todas as capitais do Brasil. *Amapá*. 26 ago. 1955, p. 01.

⁹¹ Criado por membros do partido de oposição ao governo territorial, o PTB, o *Jornal Folha do Povo* que circulou entre os anos de 1959-1964, objetivava fornecer uma leitura diferente daquela fornecida pela imprensa oficial. Dando voz aos trabalhadores e trabalhistas, o jornal denunciava as irregularidades do governo e aflições que a população do território sofria.

⁹² O Povo Morre de Fome... *Folha do Povo*, 30 ago. 1959, p. 2.

⁹³ LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p. 69.

da criação da S.P.V.E.A, o GT já havia recebido uma boa quantia do Ministério da Agricultura destinada a instalações de estabelecimentos agrícolas, como afirma o articulista do *Folha do Povo*, entretanto, ainda no ano de 1959, mesmo recebendo verbas para a criação e manutenção das colônias agrícolas, muitas não tinham sido instaladas ainda, e outras estavam abandonadas, como a Colônia Agrícola do Oiapoque.⁹⁴

Segundo Lobato, em nível regional e territorial, foram estabelecidas agências governamentais para enfrentar as recorrentes crises de abastecimento. Em dezembro de 1942, foi criada a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Em novembro de 1944, surgiu a Comissão de Abastecimento do Território Federal do Amapá (CATA). Essa Comissão, posteriormente transformada em Superintendência (SAFTA), enfrentou grandes desafios: a agricultura no Amapá era predominantemente de subsistência, e as importações estavam parcialmente e temporariamente impossibilitadas.⁹⁵ Em 1952 é instituída no Amapá a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), que tinha como objetivo regular os preços do mercado. Entretanto, para resguardar as margens de lucro de pecuaristas e comerciantes, o governo recorrentemente elevava os preços dos gêneros considerados de primeira necessidade, e os macapaenses que já sofriam com as corriqueiras crises de escassez de alimentos em razão das políticas locais pouco eficazes no combate ao problema. Sofriam também com altos preços dos alimentos e a baixo poder de compra.



Figura 1 - A charge crítica a COAP pelos frequentes aumentos de preços dos gêneros alimentícios. (1955)

Por exemplo, em julho de 1957, a COAP e o governo, em ação conjunta, decidiram que para sanar o problema da falta de carne, este produto deveria ser importado, e para cobrir as despesas provenientes de tal decisão, o preço do kg da carne aumentaria de Cr\$ 35,00, para Cr\$40,00. Segundo o articulista, o aumento valeria a pena, uma vez que com a carne exportada, seria a população “servida diariamente com o imprescindível produto alimentar, e com a matança no

⁹⁴ Bom dia, Sr. Pauxy... *Folha do Povo*. 18 set. 1959, p. 02.

⁹⁵ LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores...** *Op. cit.*, 2013, p. 68

matadouro local não haverá a possibilidade de faltar carne nenhum dia da semana”.⁹⁶ Realidade, porém, que não se concretizou.

Assim, a deficiência no abastecimento e carestia atingiam de forma mais crítica a classe subalterna, cujos trabalhadores muitas vezes recebiam salários muito abaixo do estipulado nacionalmente. Como forma de sobrevivência, muitos sujeitos abandonavam seus trabalhos para se dedicarem a outras atividades, ou mudavam-se para outros lugares em busca de melhores condições de vida. Comprar carne nos mercados era uma tarefa difícil, pois, apesar da criação extensiva de gado, os preços exorbitantes praticados no território impediam que a população consumisse o gênero. Muitos fazendeiros preferiam negociar com mercados mais lucrativos, o que obrigava o governo territorial a recorrer à importação. Mesmo assim, o abastecimento de carne não era mantido de forma regular, resultando em escassez e aumento nos preços.

3.3. Insegurança cotidiana

Na difícil arte da sobrevivência os trabalhadores pobres de Macapá se reinventavam. O comer, o vestir, o trabalhar era difícil, estes viviam sob constante insegurança quanto a sua sobrevivência e a dos seus, causada pela vulnerabilidade social e econômica a que estes estavam sujeitos devido à falta de amparo estatal, era uma realidade dura enfrentada pelos trabalhadores pobres macapaenses no seu cotidiano. A escassez de alimentos e a inconstância dos preços das mercadorias, que chegavam a atingir patamares elevadíssimos para a realidade local, afetavam drasticamente suas vidas, entretanto, estes não permaneciam imóveis.

Nas folhas do *Folha do Povo*, as críticas sobre as precárias condições de alimentação da população eram recorrentes, assim como as denúncias de exploração de trabalhadores. Em 1959, o periódico denunciava que diversos trabalhadores da prefeitura municipal estavam recebendo um salário muito abaixo do estipulado nacionalmente, mal dava para comer devido ao alto custo das mercadorias, principalmente da carne, a necessidade os impediam de abandonar os empregos, mesmo explorados e vivendo à mingua, como afirmou o articulista⁹⁷.

Os altos preços ocupavam um lugar central nas preocupações dos trabalhadores. Em dezembro de 1959, após várias reuniões durante a madrugada, o governo anunciava um novo aumento da carne, o quilo que custava Cr\$44,00, passaria a custar Cr\$56,00,⁹⁸ e em maio de

⁹⁶ COAP e governo em ação conjunta para solucionar o problema de abastecimento da carne verde... *Jornal Amapá*. 07 set. 1957, p. 1.

⁹⁷ Criado por membros do partido de oposição ao governo territorial, o PTB, o *Jornal Folha do Povo* que circulou entre os anos de 1959-1964, objetivava fornecer uma leitura diferente daquela fornecida pela imprensa oficial, dando voz aos trabalhadores e trabalhistas, denunciava as irregularidades do governo e aflições que a população do Território sofria.

⁹⁸ O povo e a carne... *Folha do Povo*. 06 dez. 1959, p. 5

1960, um novo aumento absurdo, de Cr\$70,00 para Cr\$100,00.⁹⁹ Os argumentos de que eram necessários tais elevações de preços já não convenciam a população há tempos, muito pelo contrário, como já vimos, esses aumentos sucessivos e abusivos não resolviam os problemas de abastecimento, só agravavam a situação de insegurança alimentar que a população pobre vivenciava. Sobre essa situação, o ex-guarda territorial e alfaiate Ricardo Gonçalves da Silva recordou: “nesse tempo aqui não se comia carne”, e adiante: “não podia, pobre não podia comer carne nesse tempo, era só bucho, mocotó e carne de cabeça, porque não podia comprar né, era muito caro, e a gente ganhava muito pouco”. Em outro trecho da entrevista, Ricardo Gonçalves relembra como eram os dias em que ia comprar carne no mercado central:

Não comíamos carne de primeira, era só carne de cabeça, bucho, mocotó, as vísceras, marica, fígado, bobó, coração, comia o que era barato, caça, galinha, e agora é caro né, demais caro. Era barato nesse tempo, aqui no Mercado Central, eu vinha e botava o paneiro que sexta-feira tinha matança, aí tinha que ficar na fila, e quando chegava a vez, botava o paneiro para pegar as vísceras, comprar as vísceras, era só vara isso aqui, o Mercado, não estava feito ainda. Pra gente, os caras só pegavam carne de segunda né, só costela, aquelas carnes de segunda, era só Novo Hotel, Glória e Europa que comiam carne de primeira, já ficava tudo separado.¹⁰⁰

Sidney Lobato, referindo-se ao alto custo de vida que a população pobre de Macapá enfrentava, nos anos 1950, relata que, diante do aumento dos preços da comida, “os moradores da Macapá popular e subalternizada inventaram seu cotidiano para conseguir aquilo que direta ou indiretamente lhes era negado”.¹⁰¹ Assim sendo, os trabalhadores recorriam a diferentes táticas para complementar a alimentação familiar, e também a renda, como a caça, a pesca e a coleta. Em entrevista, *Raimundo Loureiro de Almeida* lembrou:

Meu pai era seringueiro, ele trabalhou quase que a vida toda nesse ramo e criou nós tudinho nesse ramo. Naquele tempo não tinha nada, a comida era escassa, tinha que dar o jeito da gente, tinha que caçar, tinha que lancear, tirar açá, tinha que fazer as coisas para viver, era uma vida muito ruim. E era muito difícil, cheguei a trabalhar com seringa, com borracha de seringa, meu pai trabalhava nesse tempo e eu ajudava, minha mãe ficava na roça e lavava roupa fora, e a gente se virava como podia.¹⁰²

A natureza era fonte de sustento para muitas famílias em Macapá uma vez que, diante da insegurança alimentar, eram forçadas a adentrar as matas e os rios em busca de meios para sobreviver. O trabalho infantil era recorrente e normalizado, as crianças, em muitas famílias

⁹⁹ Várias vezes... *Folha do Povo*. 07 de maio de 1960, p. 02

¹⁰⁰ Entrevista com Ricardo Gonçalves da Silva realizada pelo Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial (Cemedharq), no dia 26 abr. 2022.

¹⁰¹ LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores...** *Op. cit.*, 2013, p. 69.

¹⁰² Entrevista com Raimundo Loureiro de Almeida realizada pelo grupo de pesquisa Memória da Guarda Territorial (Cemedharq) em 05 nov. 2018.

pobres, adentravam o mundo do trabalho muito cedo, os pagamentos que recebiam ajudavam a complementar a renda familiar.¹⁰³

Por exemplo, Lino pires, bailiquense de 11 anos, carregava tijolos na Olaria de Macapá ao lado de outros tantos meninos pobres, “trabalhavam tanto crianças como adultos, cada uma tinha função, uns carregavam tijolo, outros carregavam telhas, outros gafiavam tijolos”. O tempo de trabalho para as crianças era o mesmo que dos adultos e tão cansativos quanto, como lembrou Lino: “quem estudava de tarde pegava 07h00 e largava até às 11h00, ia para casa almoçar e ia pra escola, quando saia da escola ia pra lá de novo, trabalhar pra completar as oito horas, e de manhã pegava às 13h00 e seguia até completar as oito horas”.¹⁰⁴ Em uma sociedade marcada pela insegurança estrutural, o aprendizado do trabalho era uma das maneiras que os pais viam de garantir a subsistência dos filhos, qualquer atividade que resultasse em qualquer ganho era bem-vindo.¹⁰⁵

Portanto, em tempos de negação de cidadania plena, racionamento alimentar, baixas remunerações e falta de emprego, trabalhadores e trabalhadoras da Macapá subalternizada percebiam as privações dos seus meios de sobrevivência e buscavam maneiras de contornar as incertezas do cotidiano. Outrossim, a situação de insegurança alimentar que estes sujeitos enfrentavam diariamente os obrigavam a exercer outras atividades para sua subsistência e dos seus familiares, a caça, a pesca, o extrativismo, como no caso do pai do Raimundo, que era seringueiro, mas exercia outras atividades para garantir o “pão de cada dia”. Ademais, o dilema em torno da sobrevivência era sentido por toda a família, inclusive pelas crianças, que eram condicionadas a entrar no mundo do trabalho precocemente, como no caso de Lino Pires que aos 11 anos carregava tijolos na Olaria e guardava lugares nas filas do mercado central em busca de alguns cruzeiros para complementar a renda da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos cumprir o objetivo de analisar o cenário de insegurança alimentar vivenciado por trabalhadores pobres em Macapá, entre os anos de 1955 e 1960, bem como as formas de enfrentamento empreendidas por esses sujeitos diante da constante incerteza quanto à própria sobrevivência. Ao revisitarmos o percurso histórico das

¹⁰³ Ver mais: LAMARÃO, Maria Luiza Nobre e MACIEL, Carlos Alberto Batista. (org). Mulheres do Benguí: contando histórias do trabalho infantil doméstico. Belém: Gráfica Alves, 2006.

¹⁰⁴ Entrevista com Lino Pires Almeida realizada pelo grupo de pesquisa Memória da Guarda Territorial (Cemedharq) em 21 jan. 2019

¹⁰⁵ Ao falar sobre os dias de comprar carne no mercado central, o entrevistado afirmou que as filas eram grandes e que muitas pessoas não podiam ficar na fila porque iam trabalhar ou estavam no trabalho, desta forma, ele cobrava para guardar lugar.

transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil ao longo da primeira metade do século XX, observamos que a mudança de postura do Estado frente à questão da pobreza configura-se como um dos principais pontos de partida para a emergência das políticas públicas voltadas à alimentação dos trabalhadores.

Ademais, vimos que, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, em 1930, teve início uma nova fase no cenário político nacional, marcada pela crescente intervenção estatal nas esferas social e econômica. A partir desse momento, o trabalho e o trabalhador passaram a ocupar posição central no projeto de construção da nação. O Estado passou a adotar políticas de regulamentação do mercado de trabalho, criação de direitos sociais e incentivo à industrialização, com o intuito de integrar o trabalhador ao processo de desenvolvimento do país. Nesse contexto, o então Território Federal do Amapá também foi impactado.

Diante do exposto, alinhado às diretrizes nacionais do governo Vargas, o governador Janary Gentil Nunes implementou no Amapá um projeto voltado à valorização do capital humano local, com o objetivo de integrar a população amapaense à lógica do desenvolvimento nacional. De fato, com a implantação do governo territorial, o Amapá sofreu profundas transformações estruturais, especialmente na cidade de Macapá. Contudo, para além da reconfiguração urbana, Nunes almejava transformar a própria essência do ser amapaense, defendendo a necessidade de mudança de hábitos como forma de atender aos ideais de progresso da nação.

Com base nas publicações do jornal *Amapá* e nos *Relatórios de Atividades do Governo*, observamos que os novos critérios alimentares propostos pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) encontraram ampla aceitação por parte do governo territorial. Várias publicações corroboravam com a ideia de uma “boa alimentação”, vista como um meio para combater doenças, promover a saúde dos trabalhadores e, conseqüentemente, aumentar sua produtividade. Todavia, como analisamos ao longo deste estudo, a tentativa de modificar os hábitos alimentares da população amapaense, transformando-os em trabalhadores saudáveis e produtivos, não obteve os resultados esperados. Isso se deve ao fato de que o Amapá, assim como outras regiões da Amazônia, enfrentava dificuldades históricas relacionadas ao abastecimento alimentar.

Sobre esse aspecto, ao analisarmos os jornais *Amapá* e *Folha do Povo*, constatamos que adquirir carne nos mercados locais era um desafio cotidiano. Apesar da criação extensiva de gado e dos investimentos no setor, os elevados preços tornavam o produto inacessível para a maioria da população. Muitos criadores preferiam vender seus animais para mercados mais lucrativos em outras regiões. Como consequência, o governo territorial recorria à importação

de carne para suprir a demanda interna. No entanto, o fornecimento era irregular, o que resultava em escassez e constantes aumentos de preços. Assim, além do déficit de abastecimento alimentar, os altos custos inviabilizavam o acesso de uma população extremamente pobre a uma alimentação considerada adequada.

Diante desse cenário, os trabalhadores formulavam e reformulavam estratégias para garantir a sobrevivência em meio à insegurança alimentar constante. Conforme demonstramos ao longo dos capítulos, a experiência cotidiana dos trabalhadores era marcada pela reinvenção. Com a alta nos preços dos alimentos, a população pobre de Macapá — historicamente marginalizada — criou formas próprias de enfrentar a escassez e garantir o sustento. Para suprir as necessidades alimentares e reforçar o orçamento familiar, muitos recorriam a práticas alternativas, como a caça, a pesca e a coleta, estratégias fundamentais diante da exclusão dos meios formais de acesso à comida.

O depoimento de Raimundo Loureiro evidenciou essa realidade, revelando como os trabalhadores exerciam múltiplas atividades na busca por melhores condições de vida. Da mesma forma, as entrevistas com Ricardo Gonçalves e Lino Pires contribuíram para descortinar diversos aspectos do cotidiano do trabalhador pobre no Amapá durante o período territorial. Muitos iniciavam sua vida laboral ainda na infância, com o objetivo de complementar a renda familiar e ajudar no sustento do lar.

Por fim, destaco, que ao longo deste trabalho buscamos evidenciar as contradições presentes no projeto de valorização do "novo cidadão amapaense", implementado pelo governo territorial. Desconsiderando o arcabouço cultural e os modos de vida construídos ao longo de gerações, impôs-se a ideia de que os hábitos alimentares da população deveriam ser transformados. No entanto, verificamos que grande parte da população não teve acesso ao progresso tão propagado por Janary Nunes e seus aliados, seja pela falta de recursos financeiros, seja pela ineficácia das ações governamentais em alcançar toda a sociedade.

FONTES

Artigos de jornais

Alimente-se bem... *Jornal Amapá*. 15 set. 1945, p. 3.

No território o Sr. Joaquim, representante do S.A.P.S. *Jornal Amapá*, 07 out. 1956, p. 5.

Uma frota em ruínas... *Folha do Povo*. 17 set. 1959, p. 3.

Exposição de Animais do Território Federal do Amapá... *Jornal Amapá*. 22 fev. 1947, p. 3.

A transformação econômica do amapá... *Jornal Amapá*. 19 mar. 1955, p. 3.

Índice do custo de vida em todas as capitais do Brasil. *Amapá*. 26 ago. 1955, p. 01.

O Povo Morre de Fome... *Folha do Povo*, 30 ago. 1959, p. 2.

Bom dia, Sr. Pauxy... *Folha do Povo*. 18 set. 1959, p. 02.

COAP e governo em ação conjunta para solucionar o problema de abastecimento da carne verde... *Jornal Amapá*. 07 set. 1957, p. 1.

O povo e a carne... *Folha do Povo*. 06 dez. 1959, p. 5

Várias vezes... *Folha do Povo*. 07 de maio de 1960, p. 02

Anuário estatístico

AMAPÁ - SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Amapá*. IBGE. Macapá, 1957. p. 89

Entrevistas

ALMEIDA, Raimundo Loureiro. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ. Ocorrida em sua residência. Macapá, 05 de novembro de 2018.

PIRES, Lino. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ. Ocorrida na Fortaleza de São José de Macapá. Macapá, 21 de janeiro de 2018.

SILVA, Ricardo Gonçalves da. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ. Ocorrida no ateliê de trabalho do entrevistado, no bairro Central. Macapá, 26 de abril de 2022.

Relatório governamental

NUNES, Janary. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ângela. **A construção do consentimento**: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: FAPESP, 1998. p. 15-25.

BAER, Werner; VILLELA, Annibal. Crescimento industrial e industrialização: revisões nos estágios do desenvolvimento econômico do Brasil. In: BAER, Werner (org.). **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 4° ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2° ed. São Paulo: UNESP, 2009.

CASTRO, Anna Maria. **Nutrição e desenvolvimento**: análise de uma política. 1977. 310 f. Tese (Doutorado em Livre Docência) Departamento do Instituto de Nutrição, Centro de Ciências e Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

CASTRO, Josué. **As condições de vida das classes operárias no Nordeste**. In: CASTRO, Josué. Documentário do Nordeste. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

COLLINGHAM, Lizzie. **The tast of war**: world war II and the battle for food. New York: Penguin Books, 2013.

COSTA, Dante. **Saúde, alimentação e pobreza na Amazônia**. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1965.

COSTA, Edite Moraes da. **O comércio das carnes verdes e a transformação sócio-econômica de Santa Cruz com a construção do matadouro industrial**. Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio realizado entre os dias 08 e 11 de agosto de 2016, UFRRJ.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. Nailharga da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945-1970. Belém: **Açaí**, 2008.

COSTA, Selda Vale da. Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira. In: Bastos, Elide Rugai; Pinto, Renan Freitas (orgs.). **Vozes da Amazônia** – Investigação sobre o Pensamento Social Brasileiro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

COSTA, Tayane Lima Pedrosa. **Não só de cafezinho com farinha vivia o homem macapaense**: A “boa alimentação” e o paladar macapaense (1940-1956). Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, 2016

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 22-39, 1999.

DUARTE, Adriano Lima. **Cidadania e exclusão**: Brasil, 1937-1945. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

ERICKSON, Kenneth Paul. **The Brazilian Corporative State and Working-Class Politics**. London: University of Califórnia Press, 1977, p. 15-26.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular (1930 – 1945). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 28-33.

FOGAGNOLI, Marcela Martins. “**Almoçar bem é no SAPS!**”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de história, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011

FONSECA, Pedro C. D. Vargas: o capitalismo em construção. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, p. 259-260, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014

FREITAS, Mirian Tereza M.G de. **Populismo e Carestia 1951-1954**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 1985.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In PANDOLFE, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999

HERBERT, Fabricio. No País das Carnes Verdes: Abastecimento, importação e os discursos de “declínio” da indústria pastoril marajoara no limiar do século XX. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, vol. VI, nº 1, 2011, p. 203-243

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). 2006. 364 f. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

LAGO, Mayra Coan. O trabalho e o trabalhador no Estado Novo de Vargas. **Dia-Logos**, Rio de Janeiro, nº9, p. 89-102, 2015.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre e MACIEL, Carlos Alberto Batista. (org). **Mulheres do Benguí**: contando histórias do trabalho infantil doméstico. Belém: Gráfica Alves, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Unicamp, 2008

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n.1, p. 25- 59, 2002.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990

LEAL, Maura. **A (onto)gênese da nação nas margens do Território Nacional**: “O projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)”. Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007

LINDEN, Marcel van der. Quem são os trabalhadores? In: LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do Mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). Tese (Doutorado em História Social) – Departamento

de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

LOBATO, Sidney. **Educação na fronteira da modernização**: A política educacional no Amapá (1944 - 1956). 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) 2009. 159 f. São Paulo (USP), 2009.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. Ed – São Paulo: Contexto, 2011.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come**: uma história do abastecimento e alimentação em Belém (1850-1900). Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Estudos Amazônicos, de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker; SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. **Cidadania regulada e era Vargas**: a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos e sua fortuna crítica. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 33, n. 71, p. 539-558, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/YC5NhQNKLlyLL4dB9tJmw5wL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 julho de 2024.

NASCIMENTO, Francimary da Silva Santos. Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antônio Lemos (1897 - 1908). TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

NUNES, Janary. **Confiança no Amapá**: Impressões sobre o território. 3º ed. Brasília: Senado Federal, 2021

OLIVEIRA JUNIOR, Augusto de. **Alimento e Fome**: a contradição no processo do desenvolvimento da Amazônia. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido, Belém, 2010.

PAZ, Adalberto. Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: **Paka-Tatu**, 2014.

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da floresta**: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964). Dissertação (Mestrado em História) Departamento de

História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2011

RODRIGUES, Cristiane. **A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem** (1886-1906). Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057253.pdf>. acesso em: 07 de junho de 2024.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, ed. Campus, 1979

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In. BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira.; FORTES, Alexandre. (org). **Cultura de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 25-48.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992

SILVA, José Bittencourt; BATISTA, Iane Maria da Silva. **O 1º plano quinquenal de valorização econômica da Amazônia de 1955**: educação para o desenvolvimento amazônico. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, ed. 66, 2015, p. 56-72.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo**: análise dos discursos de Vargas e JK. Porto Alegre, 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TOSCANO, Frederico de Oliveira. **Yes, nós temos Coca-Cola**: o ideal da fartura norte-americana na mesa do Nordeste (1930-1964). 2019. 558 f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

VASCONCELOS, F.A.G. Combate a fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.18, n.4, p. 439-457, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.